

REVISTA 7
ESPAÇO ANTIFASCISTA 24



REVISTA  24
ESPAÇO ANTIFASCISTA

IDEALIZAÇÃO

*Fundação Lauro Campos e Marielle
Franco (FLCMF)*

REALIZAÇÃO

Equipe Espaço Antifascista

REVISÃO

Dante Peixoto

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Vittorio Audi



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Luciana Krebs Genro

Vice-presidente

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Financeiro

Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Internacionais

Guilherme Prado Almeida de Souza

Diretor Financeiro

André Scerb

Diretora de Acervo e Memória

Maria da Glória Ferreira Trogo

Apresentação

Equipe Espaço Antifascista

Chegamos ao final de 2024 com o projeto Espaço Antifascista, uma iniciativa da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco realizada com o objetivo de divulgar as mobilizações mundiais antifascistas e os debates sobre o crescimento da extrema direita em suas diversas formas nos vários países.

Ao longo do ano, o Espaço Antifascista publicou em sua página eletrônica um total de 346 textos inéditos em português, divididos em cinco categorias: “Antifascismo”, “Extrema Direita”, “Negacionismo”, “História” e “Cultura e Esporte”. Além disso, também abrigou o projeto Brasil Real é um País que Luta, voltado para a memória das lutas populares no país e que publicou até o momento 28 textos também inéditos, todos com vídeos explicativos relacionados aos conteúdos.

Entre nossas principais fontes, destacamos importantes iniciativas da esquerda internacional como as páginas *Antifascist Europe* (organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo), *Anticapitalist Resistance*, *Viento Sur*, *Sin Permiso*, *Nueva Sociedad*, *Working Class History*, *People’s World*, *International Viewpoint*, entre diversas outras. Buscando ampliar a difusão de temas e conjunturas ainda desconhecidas do grande público no Brasil, trouxemos muitos desses conteúdos inéditos tratando de países e realidades pouco tratadas pela mídia alternativa brasileira, sempre em combinação com os grandes fatos relacionados aos temas propostos.

O genocídio palestino, a vitória de Donald Trump nos EUA, a ascensão da extrema direita na Europa e suas expressões na Ásia, África e América do Sul estiveram no centro da nossa difusão, sem deixar de lado as inúmeras expressões de resistência que acompanharam estes processos, assim iniciativas culturais e esportivas que também demonstraram que a classe trabalhadora mundial resiste em inúmeras lutas ao cenário de crise mundial.

Neste compêndio, trazemos aos leitores uma pequena amostra das publicações realizadas ao longo do ano e convidamos todos, todas e todes a conhecer mais do projeto assessando nossa página eletrônica espacoantifascista.net. Uma boa leitura!



Segundo mandato de Trump – é hora de uma luta global

Declaração da Resistência

**Anticapitalista do Reino Unido sobre as
eleições presidenciais dos EUA.**

Donald Trump ganhou uma segunda presidência dos EUA em 6 de novembro de 2024. O Partido Republicano está agora no controle quase total do establishment político dos EUA, pois também obteve ganhos no Senado, o que lhes dá o controle de toda a legislatura, da presidência e da Suprema Corte. É uma vitória para os plutocratas e oligarcas dos EUA, Elon Musk, Jeff Bezos, os criptofanáticos e os irmãos da tecnologia da costa oeste. O trumpismo faz parte da onda contrarrevolucionária global que vemos com populistas de extrema direita, autoritários, semifascistas e libertários assumindo o poder em países do mundo todo. O que estamos vendo é um processo de mudança geral para a extrema direita causado pelo neoliberalismo e o colapso do consenso liberal do pós-guerra que ele provocou. O trumpismo é a mesma tendência que produziu Modi na Índia, Duterte nas Filipinas, Meloni na Itália e assim por diante.

Mas essa vitória, em particular, é um desastre para bilhões de pessoas em todo o planeta. O poder do imperialismo dos EUA de agir ou não agir ainda é um fator decisivo na política global.

Uma segunda presidência de Trump será tão caótica e vil quanto a primeira. Só que agora seus principais apoiadores intelectuais terão muito mais clareza sobre o que querem obter com isso. O Projeto 2025 é um plano para um EUA autoritário; ele inclui as propostas de demitir milhares de funcionários públicos e colocar o restante da burocracia do governo dos EUA sob controle presidencial central. Eliminação do Departamento de Educação para permitir o controle dos currículos em nível estadual. Envolve o retrocesso dos direitos sociais e de saúde dos transgêneros, tornando a existência trans quase insustentável em alguns estados. Significa a eliminação das proteções federais para a igualdade de gênero, orientação sexual e direitos reprodutivos. É quase certo que impedirá o envio de pílulas abortivas pelo correio, que é a principal forma de aborto nos EUA. Veremos a integração de “conversas” sobre a privação de direitos das mulheres. Isso também envolve a redução do financiamento para pesquisa e desenvolvimento de energia renovável, aumento da produção de energia e eliminação das metas de redução de carbono.

Não se sabe se a promessa de Trump de se tornar um ditador no primeiro dia e usar as forças armadas contra oponentes políticos foi um artifício eleitoral ou não. Mas o fato de ele ter feito uma campanha tão reacionária e ter obtido uma votação tão decisiva revela algo sobre o crescimento das ideias populistas de extrema direita. Sabemos que tanto ele quanto

seu vice-presidente, JD Vance, recentemente endossaram um livro chamado *Unhumans*, um manifesto para o assassinato em massa de ativistas de esquerda nos moldes de Pinochet no Chile. Isso revela o núcleo fascista da política neoliberal, que fechou o círculo.

Essa derrota se baseia em grande parte na política miserável e na estratégia fracassada dos democratas. Está claro que os democratas não são nem mesmo um escudo amassado contra o crescimento da extrema direita; eles alimentam ativamente o problema. Eles agiram como de costume em um período de ansiedade e divisão.

Eles fizeram uma campanha contra um populista que estava apelando para “as pessoas comuns” e, em vez disso, concentraram-se na virtude do establishment – repetindo constantemente que Trump era um criminoso, como se não houvesse milhões de criminosos nos EUA em um sistema judicial corrupto e injusto que pudessem ver nele um mártir perseguido. A fixação dos democratas nos tribunais para enfraquecê-lo antes da eleição fracassou totalmente e aumentou suas credenciais populistas. Eles preferiram uma campanha de centro, concentrando-se no endosso de celebridades, conquistando os republicanos de meio de campo e desfilando com Liz Cheney. Eles apelaram para a crença de que os EUA são um país de oportunidades iguais e pós-racismo, quando na verdade não são.

Trump e seus apoiadores enxergam isso. Eles sabem que é uma mentira. Eles preferem uma postura machista e agressiva, a força faz a razão, a ausência de consequências. Nas últimas semanas, os democratas se concentraram em rotular Trump de fascista – a resposta de seus partidários foi encolher os ombros ou aceitar o fato de que ele irritou tanto os liberais. Trump é um cifrão para todas as visões mais egoístas e reacionárias da sociedade norte-americana, mas os democratas não eram uma alternativa. Seu movimento cristalizou uma visão dos EUA que rejeita a igualdade e abraça a dominação. Seu movimento não é estranho à política corporal dos EUA; ele está enraizado nela.

A onda contrarrevolucionária global é, em grande parte, uma reação aos ganhos da era pós-guerra – os avanços feitos por mulheres, negros, a comunidade LGBTQIA+ e outros. Trump atraiu especialmente os homens brancos e jovens, a extrema direita nacionalista cristã e os apoiadores tecnológicos de Elon Musk. Ele também obteve votos da comunidade árabe-americana que se voltou contra os democratas por seu financiamento do genocídio de Israel em Gaza (embora Trump vá adotar a mesma política). Mas ele também atraiu o apoio de um número significativo de negros (ou seja, pessoas de cor) e mulheres, que rejeitam o establishment liberal e querem resolver as contradições da sociedade americana abraçando seus valores supremacistas. Parte da população negra dos EUA também apóia a deportação em massa de imigrantes recém-chegados se isso reduzir os preços e melhorar os salários (como afirma Trump). Esse é o objetivo do populismo; ele combina

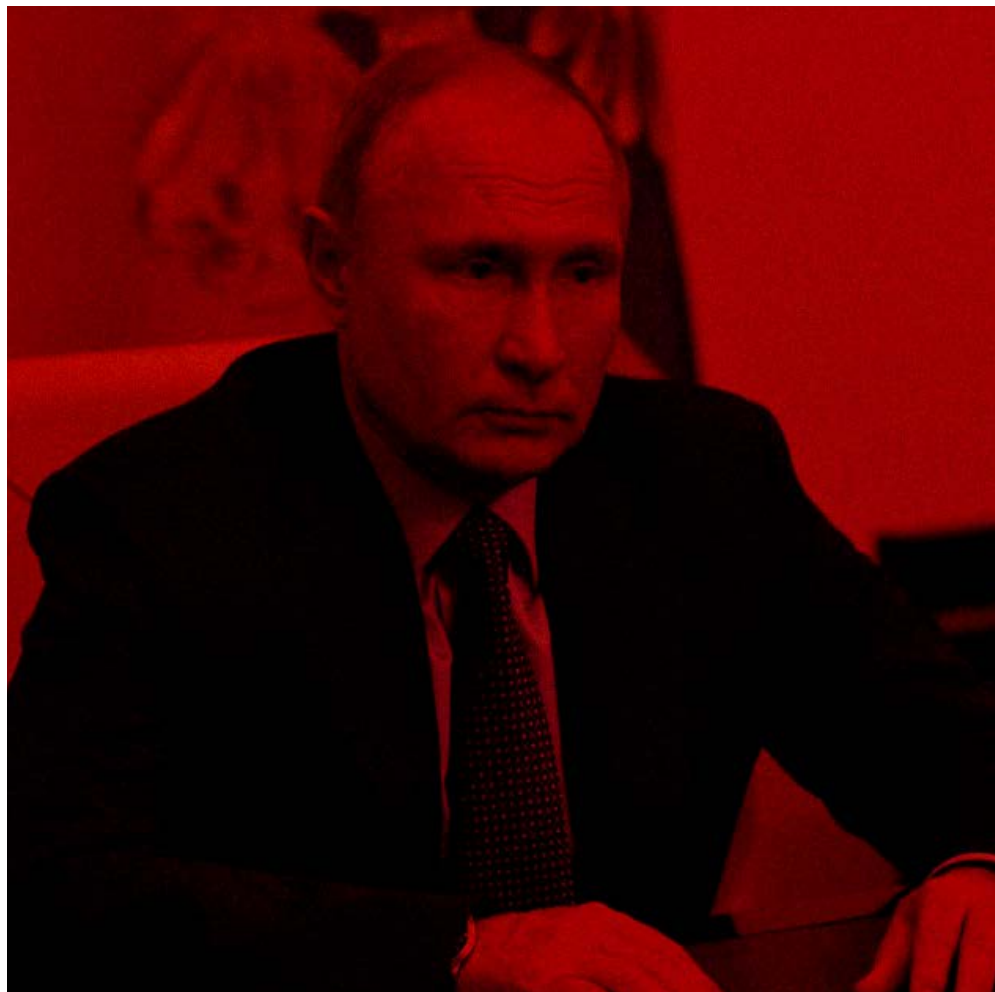
contradições e apela para pessoas diferentes de maneiras diferentes, ao mesmo tempo em que afirma fornecer respostas simples para perguntas complexas e nega mudanças significativas.

Haverá contradições consideráveis em seu programa populista. Trump prometeu uma bonança de combustível fóssil de carbono para reduzir os custos da conta de energia e combater a inflação, mas ele também quer tarifas sobre as importações para fortalecer a indústria dos EUA, o que aumentará os preços. Parece improvável que ele ofereça melhores padrões de vida e mais empregos para os cidadãos americanos, especialmente com cortes maciços no setor público. Mas também temos que ser cautelosos ao presumir que as pessoas votam principalmente por motivos econômicos – o cenário político moderno é muito mais complicado e marcado por divisões ideológicas em vez de simples cálculos financeiros.

Sua indicação de que retirará o apoio da Ucrânia e “acabará com a guerra” quase certamente significa que a anexação imperial da Rússia será permitida. Ainda não se sabe o que isso significa para a região mais ampla à medida que Putin continua seu projeto expansionista. Certamente, o surgimento de um mundo mais multipolar nos levará mais perto de uma terceira guerra mundial em algum momento. Para os palestinos, isso também significa mais massacres e derrotas. Trump deixou claro para Netanyahu que a liderança de extrema direita de Israel pode “fazer o que for preciso” para vencer.

A necessidade de resistência contínua é inquestionável. Muitas pessoas devem estar se sentindo sem esperança ou desesperadas neste momento, e isso é exatamente o que a extrema direita e os fascistas querem. Eles sentem um prazer sádico com as derrotas que infligem aos “acordados” e à esquerda. Mas a política é determinada por lutas pelo poder e pelo contrapoder, construindo coalizões de resistência em massa, identificando os pontos fracos do lado do inimigo e mobilizando forças para destruir sua força.

A Resistência Anticapitalista está em total solidariedade com aqueles que, nos EUA, rejeitam essa virada autoritária e querem lutar por um mundo melhor. Sabemos que os próximos anos serão difíceis, mas nosso movimento já enfrentou tempos difíceis antes. Sabemos que as coisas vão piorar antes de melhorar. Mas também sabemos que podemos defender um mundo que vá além do capitalismo, do imperialismo e do militarismo, com base em uma sociedade que proporcione o sustento de todos e seja sustentável com o meio ambiente. O aquecimento global descontrolado já está entre nós, assim como o fortalecimento mundial da extrema direita; os dois estão ligados. E a política não termina nas urnas – essa é outra mentira na qual os democratas se basearam. O poder vem de nossa organização e resiliência. Lutamos por uma mudança revolucionária. Nosso papel é fazer parte da luta internacional para mudar o mundo, para reivindicar o futuro e construir uma sociedade melhor para todos!



O putinismo no momento fascista atual

Ilya Budraitskis

O regime russo atual representa uma das ideologias mais conservadoras e reacionárias da atualidade

A situação atual do mundo pode ser descrita como um momento fascista. Não se trata apenas do apoio crescente à extrema direita na Europa e na América Latina, da ascensão do autoritarismo chinês e das medidas do regime de Putin para continuar sua guerra criminosa na Ucrânia. O fascismo, como uma combinação complexa da lógica dos aparatos estatais, da dinâmica dos movimentos políticos e da psicologia popular, representa a erupção de uma tendência imanente da sociedade de mercado como um todo.

O fascismo não ressurgiu na forma histórica que conhecemos da primeira metade do século XX. Não foi um ressurgimento porque, por definição, carece de continuidade histórica e nunca constituiu um projeto ideológico coerente. Pelo contrário, o fascismo prospera na estetização da história, extraíndo arbitrariamente narrativas e imagens para atender às necessidades do imaginário político atual. O historicismo, como uma ideia que prevê o progresso do mundo em direção a um futuro melhor, é ainda mais estranho a ele.

O fascismo não deriva de um estado de coisas obrigatório ou desejável, mas de um estado de coisas real, que é continuamente reproduzido porque a natureza humana, ancorada na luta implacável e no desejo de dominação, permanece intacta. Assim como há um século, o momento fascista de hoje totaliza essas máximas de comportamento econômico, estendendo-as à política, à sociedade e às relações internacionais. Estados e culturas, assim como indivíduos, são imaginados como entidades presas em um conflito permanente, replicado perpetuamente ao longo do tempo.

Assim, de acordo com a narrativa oficial Putinista, a Rússia vem enfrentando o agressivo Ocidente há séculos, e a grande cultura russa tem sido uma das armas cruciais nessa luta. A Ucrânia, de acordo com essa concepção, não tem uma essência independente; é um projeto artificial e antirrusso cuja única razão de ser é servir como aríete para o Ocidente em seu projeto de destruir a Rússia. Não há nada de novo nessa história, e cada evento é uma repetição do velho arquétipo. O tempo evolui em um retorno permanente no qual a ação individual e coletiva é anulada, afirmando assim o poder absoluto do destino sobre os seres humanos.

Não houve uma Segunda Guerra Mundial?

Esse regime temporal marca o “desaparecimento do senso de história” no “capitalismo tardio” pós-moderno, descrito por Fredric Jameson. Analisando obras da cultura popular, ele mostra que seu consumo, baseado na amputação de todas as conexões entre imagens extraídas de diferentes

contextos e épocas, assemelha-se a uma sensibilidade esquizofrênica. “Todo o nosso sistema social contemporâneo”, escreveu Jameson, ‘começou gradualmente a perder sua capacidade de reter seu próprio passado, começou a viver em um presente perpétuo e em uma mudança perpétua que apaga tradições do tipo que todas as formações sociais anteriores tiveram de preservar de uma forma ou de outra’¹.

A conclusão de Jameson foi inspirada pela situação no início da década de 1990, quando a disseminação universal desenfreada dos princípios de mercado do neoliberalismo foi acompanhada por alegações do fim da história. Na atual guerra geopolítica de civilizações, cada uma com sua essência imutável, estamos testemunhando o verdadeiro fim da história como uma ideia de emergência em que nada é perene e sempre há outro futuro no horizonte para redefinir e dismantlar a ordem existente das coisas. Nesse sentido, as duas explicações rivais sobre o mundo após a queda do Muro de Berlim – a de Fukuyama e a de Huntington – foram sintetizadas, e o produto final é o fim da história e um choque interminável de civilizações.

Essa ausência de história funciona deslocando da memória coletiva eventos que basicamente dividiram o tempo em um antes e um depois, eventos após os quais o mundo, suas noções e valores, não poderiam mais ser os mesmos. O atual momento fascista derrubou dois desses eventos que anteriormente definiam o significado histórico do século XX: a Revolução Russa de 1917 e a Segunda Guerra Mundial. Enquanto a primeira nos lembrou que os povos oprimidos podem, sozinhos, mudar radicalmente suas circunstâncias e seu destino, a segunda nos disse que jamais deveríamos repetir a experiência monstruosa de uma guerra mundial.

O esforço para dar sentido à Segunda Guerra Mundial gerou todo o conjunto de ideias morais e instituições internacionais sobre as quais, até recentemente, o mundo contemporâneo – ou, mais precisamente, nosso senso de normalidade – foi construído, com todas as reservas que se possa desejar. Mesmo aqueles que criticavam radicalmente essa ordem de coisas invocavam um conjunto de conceitos baseados nas lições aprendidas com o evento: a condenação incondicional da agressão militar, os direitos humanos universais e a inadmissibilidade de todas as formas de racismo.

Essa crítica foi baseada na normalidade, pois revelou a incongruência entre a política real e as normas geralmente aceitas da ordem mundial. As intervenções militares ocidentais no Afeganistão ou no Iraque, que na verdade eram atos de agressão, foram camufladas por alegações humanitárias ou explicadas como atos de autodefesa. Eram (para usar a expressão de Hannah Arendt) “crimes morais antiquados” ou simples hipocrisia, que não pretendiam estabelecer novos padrões, mas lidavam irresponsavelmente com os antigos.

A invasão russa da Ucrânia marcou uma verdadeira ruptura com a normalidade ao rejeitar esse vocabulário de conceitos familiares. Sem propor uma nova linguagem universal, a Rússia de

Putin propôs algo mais sério: tornar o relativismo absoluto a nova norma, redefinindo constantemente os conceitos a partir de uma posição de força. O conceito de um mundo multipolar, defendido pelo Kremlin, baseia-se na noção de que os argumentos morais e históricos não estão fundamentados em uma linguagem comum, mas podem ser reduzidos a meros atributos do poder de um determinado Estado.

O “desaparecimento do senso de história” mencionado acima é expresso em um jogo de imagens des-historicizadas e não mais em termos de cultura popular, mas como parte da ideologia do Estado. Por exemplo, a propaganda oficial russa classifica todos os seus inimigos, estrangeiros e nacionais, como fascistas, enquanto declara que o antifascismo faz parte da identidade russa. Além disso, a narrativa ideológica de Putin apresenta a invasão da Ucrânia como uma reprodução da Segunda Guerra Mundial, na qual os antifascistas russos enfrentam o Ocidente fascista. Dessa forma, a memória de uma guerra que nunca deveria ser repetida se torna seu oposto: lembramos os feitos heroicos dessa guerra para repeti-los sempre. “1941-1945: we can do it again”, diz o slogan sucinto nos adesivos patrióticos que milhões de russos exibiram em seus carros durante as comemorações anuais do Dia da Vitória em 9 de maio.

Um processo sem sujeito

Assim, o fascismo e o antifascismo se tornaram sinônimos do par amigo e inimigo, que é a base da política de acordo com a famosa definição de Carl Schmitt. Para Schmitt, essa noção de política implica que os conceitos morais e legais não têm significado regulador independente e são continuamente redefinidos por meio de conflitos. A verdadeira fonte da lei – o soberano que decide – perfura a casca oca das normas, argumentou Schmitt. Isso permitiu que ele justificasse a liquidação extrajudicial em massa de oponentes políticos por Hitler em 1934, na chamada Noite das Facas Longas. Ao transcender o estado de direito, disse Schmitt, podemos encontrar uma resposta política (quem deve decidir uma questão), em vez de uma resposta moral (como a questão deve ser decidida).

No momento fascista atual, entretanto, o soberano não faz história, mas afirma sua fidelidade ao arquétipo. Para justificar a necessidade de lançar a chamada operação militar especial em fevereiro de 2022, Putin insistiu que sua mão havia sido forçada. Ele “não tinha outra saída”: estava apenas obedecendo ao destino, sucumbindo ao confronto perenemente repetido entre a Rússia e o Ocidente, que aparece como uma espécie de “processo sem sujeito” althusseriano.

Essa combinação paradoxal de voluntarismo e fatalismo revela a profunda ligação entre o fascismo contemporâneo e a conveniência neoliberal. O sujeito neoliberal reconhece a impossibilidade de alterar as circunstâncias que ditam sua vontade, mas ao mesmo tempo age como um tomador

de decisões, optando constantemente pelo melhor comportamento em condições sobre as quais ele não tem poder. Cada uma de suas decisões particulares é, portanto, uma forma de contornar a decisão genuína e de reconhecer a impossibilidade de alcançar a arbitrariedade máxima, a soberania absoluta. A ação permanente é o *modus operandi* do agente do mercado: ele precisa responder constantemente às circunstâncias e aceitar a realidade como uma infinidade de desafios externos. A realidade aparece para ele como incognoscível e caótica, sem coerência e direção internas.

Os esforços do capitalista individual são racionais em face do todo irracional. Esse irracionalismo na vida privada é incompatível com a democracia liberal, que pressupõe uma espécie de consenso geral sobre a racionalidade de tudo o que acontece. A perda completa desse horizonte de razoabilidade – ou seja, da noção (ainda que vaga) de um interesse comum e do crescimento progressivo de uma moralidade coletiva – estende o fatalismo à política. A facistalização significa nada menos que o surgimento do individualismo de mercado como a lógica do Estado.

O mundo se tornou um terreno de competição total não apenas entre diferentes centros de poder, mas também entre mentalidades particularistas homogêneas. Em seu volume *Noomakhia: Wars of the Mind* (*Noomakhia: Guerras da Mente*), Alexander Dugin, o ideólogo mais brilhante e coerente do Estado Putinista, deu origem a toda uma teoria do logos de várias civilizações. De acordo com Dugin, cada civilização tem sua própria mentalidade arquetípica, sua própria visão de mundo particular, que é de natureza a-histórica e inconscientemente reproduzida ao longo de milênios. Por exemplo, ele afirma que há uma ligação direta entre os rituais druidas celtas e a psicanálise lacaniana devido à existência de um logos francês. A política externa chinesa e as peculiaridades do regime político da Índia também respondem às mentalidades particulares de suas respectivas civilizações, cujas principais características são imutáveis.

A consciência não é universal por natureza e não está em processo de se tornar universal; ao contrário, ela repete constantemente os mesmos movimentos em sua própria civilização. Dugin gosta de se autodenominar platonista, mas seu platonismo se resume à afirmação de que as ideias são eternas e imutáveis, mesmo que não constituam verdade absoluta, já que a verdade russa nunca coincide com a verdade japonesa ou árabe, por exemplo. Os valores espirituais supremos, que o Estado inculca em seus cidadãos, implicam a obediência coletiva ao destino sem questionamentos.

Assim, no início de 2023, o governo russo anunciou o lançamento do DNA russo, um vasto programa de cursos escolares e universitários. Significativamente, DNA, nesse caso, significa “cultura espiritual e moral” (em russo, *dukhovno-nravstennaia kul'tura* ou DNK, que é o acrônimo russo para DNA, ou DNA em inglês), equiparando, assim, biologia e cultura. Um dos principais cursos, “Fundamentos do Estado Russo”, que é obrigatório em todas as instituições de ensino superior, tem como objetivo “preencher a lacuna entre a identidade real de uma pessoa e a realização dessa identidade”.

A afiliação inconsciente, expressa na linguagem e nas regras de conduta, deve ser um assunto consciente, assumindo assim a qualidade de um sistema holístico. Parece que essa memória de obrigação ainda está presente biologicamente, mas foi temporariamente deslocada da mente da maioria dos jovens, que ainda estão sob a influência da cultura ocidental hostil. Com um pouco de coerção do Estado, seu DNA cultural é ativado e eles se lembram de sua predestinação.

A cultura é concebida aqui como uma propriedade inata cuja missão é defender a nação como um corpo unificado, fortalecendo-a contra a concorrência de outras culturas (que são praticamente espécies biológicas diferentes). Essa fidelidade à biologia, que harmoniza o físico com o mental, é ao mesmo tempo o melhor investimento em si mesmo. Como explica o plano do curso, uma nação é um “capital humano” que cresce constantemente quando “percebe sua identidade”. De forma significativa, a tendência de autocrescimento do capital nessa abordagem corresponde a um estado fixo de consciência, idêntico ao seu arquétipo civilizacional.

Esse é um exemplo extremo do que Lukács chamou de “reificação da consciência”, ou seja, a adoção pela consciência da forma de mercadoria, a transformação do indivíduo em uma mercadoria entre outras mercadorias. O capital humano (um conceito emprestado diretamente do jargão neoliberal) refere-se à redução suprema do ser humano à abstração da forma de mercadoria. Pessoas individuais, que têm uma mentalidade idêntica, equiparada à sua unidade biológica (que foi identificada como uma unidade racial na versão hitleriana anterior do fascismo), são transformadas no capital possuído pelo Estado como civilização. Dessa forma, o Estado se torna uma forma de capital, sua expressão direta. O fascismo implica a superação e a destruição das instituições políticas e dos direitos civis que medeiam a relação entre o indivíduo e o Estado e impedem a disposição ilimitada das pessoas como capital.

O fascismo entre o abstrato e o concreto

Paradoxalmente, o fascismo como um poder de abstração não é contradito pelo desprezo fascista pelos direitos humanos abstratos e pelo direito internacional. Até mesmo os conservadores do início do século XIX criticaram o Iluminismo e a Revolução Francesa como o triunfo de princípios abstratos derivados da razão pura e não baseados na experiência histórica. Como Joseph de Maistre escreveu: “Em toda a minha vida vi franceses, italianos, russos, etc. ... Mas quanto ao homem, declaro que nunca em minha vida o encontrei”^{3/}.

O homem abstrato criado pelo Iluminismo não tem a forma original derivada dos ancestrais e herdada nas tradições culturais e estatais (ou seja, o código cultural, de acordo com a definição atual da propaganda russa). Essa pessoa tem direitos inalienáveis, pois faz parte da humanidade como uma comunidade única e, portanto, afirma o universalismo como um prin-

cípio. Ao mesmo tempo, o reconhecimento universal do indivíduo lhe dá a liberdade de escolha, inclusive de sua própria identidade.

O racismo fascista tem como alvo aqueles que aparecem como abstrações personificadas que se rebelam contra as formas tradicionais. A população judaica secularizada, com sua paixão por ideias universalistas, ou os povos eslavos, como agentes do bolchevismo antiestatal, simbolizaram essa falta de forma entre os fascistas em várias ocasiões. Do ponto de vista deles, as forças do caos estavam concentradas em seu principal inimigo, a classe trabalhadora organizada, com sua fidelidade às ideias de igualdade social e solidariedade internacional. O medo do amorfo, animado por emoções efêmeras e pelas massas sem raízes, tende a desempenhar um papel crucial em todos os movimentos fascistas^{5/}. O renascimento da hierarquia de castas, na qual todos conhecem seu lugar e seguem seu destino natural, continua sendo, de uma forma ou de outra, o principal projeto do fascismo, sua imagem do futuro desejado.

Em sua propaganda, a extrema direita atual substituiu preponderantemente o homem abstrato por muçulmanos, como migrantes sem direitos ou supostos adeptos de um califado global, bem como pessoas LGBT e trans, que redefinem livremente seu gênero. Na Rússia de Putin, que está na vanguarda do momento fascista global, qualquer manifestação pública de uma identidade LGBT é um crime e a mudança de gênero é totalmente proibida. O povo russo deve ser específico em suas afiliações, e seu lugar na vida, em virtude de seu nascimento, deve ser firmemente estabelecido na hierarquia das formas sociais.

O Estado, de acordo com o slogan apropriado de Putin, é o topo dessa hierarquia patriarcal, uma “família de famílias”, unida sob a autoridade paterna do líder da nação. O “Ocidente coletivo”, como portador do liberalismo universalista, com seus princípios de direitos humanos e liberdade de escolha individual, foi proclamado o principal inimigo da Rússia. O objeto de ódio são as “elites liberais globais” que destroem os “valores tradicionais”, principalmente os do próprio Ocidente. O apoio do Kremlin a Trump e Le Pen não é, portanto, oportunista, mas ideológico e programático.

Como enraizada na tradição reacionária russa, a crítica ao Ocidente foi paradoxalmente combinada com o eurocentrismo. Como no século XIX, na imaginação política russa de hoje, o Ocidente coletivo é a única entidade real da qual a Rússia imperial espera reconhecimento como igual. A retórica anticolonial de Putin e sua proclamação pública da virada para o Oriente não devem nos enganar: elas são apenas os instrumentos de pressão de que a Rússia precisa para finalmente assumir seu lugar de direito entre as nações europeias dominantes. Para atingir esse objetivo, a Rússia deve trazer o Ocidente de volta aos seus verdadeiros fundamentos espirituais e forçá-lo a recuperar suas próprias tradições.

Mais recentemente, na esteira da guerra em curso na Ucrânia, Vladislav Surkov, um dos ideólogos do Kremlin, publicou um artigo provocativo prevendo a futura criação de um Grande Norte, uma aliança tripla de iguais composta pela Rússia, pelos EUA e pela Europa que dominaria o mundo. O caminho para essa aliança será longo, aponta Surkov, mas é inevitável devido ao legado messiânico romano comum de seus membros.

Império e imperialismo

A noção de que o império é o destino da Rússia, a única forma possível de sua existência, é um dos dogmas cruciais da ideologia oficial de Putin. No paradigma conservador russo (descrito com clareza cristalina no século XIX por Konstantin Leontiev), a forma imperial foi definida como existindo fora do tempo: ao contrário dos estados-nação modernos, o império não aspira à perfeição e à igualdade, mas preserva a multidão crescente de diferenças culturais e de classe intermináveis para que não seja engolida pela história.

Leontiev ressaltou que a tarefa do império era resistir ao progresso e preservar um equilíbrio de diferenças que fosse atemporal. Essa imobilidade do império como forma, no entanto, sempre gerou a necessidade de mobilizar constantemente suas fronteiras. Para permanecer imutável, o império precisa se expandir constantemente para fora, ampliando seu território. É essa expansão externa permanente, como escreveu Surkov em um artigo anterior, que ajuda a manter a estabilidade política por meio da exportação do caos e do acúmulo de novos territórios.

Nessa interpretação, a ideia arcaica de império se encaixa perfeitamente no imperialismo, um fenômeno da Era Moderna e do sistema capitalista. Rosa Luxemburgo apontou que o imperialismo foi predeterminado pela própria estrutura de acumulação de capital, que precisa constantemente ultrapassar suas fronteiras e expropriar territórios e padrões econômicos ainda não integrados à economia capitalista.

Em *The Origins of Totalitarianism (As Origens do Totalitarismo)*, Arendt desenvolveu essa linha de pensamento, destacando que o imperialismo foi um precursor direto do fascismo europeu. Na visão de Arendt, o imperialismo substituiu a ideia política do Estado como uma comunidade baseada no consenso pela justificativa econômica da expansão contínua. O imperialismo não implicou a expansão das fronteiras da comunidade política; pelo contrário, ergueu uma fronteira impenetrável entre a metrópole e as colônias.

O poder político, até então encarregado da missão de evitar a violência em casa, desencadeou uma violência descontrolada além de suas fronteiras. A identidade de poder e violência estabelecida pelo imperialismo europeu retornou ao coração da Europa na forma de deportações e campos de extermínio. O extermínio em massa e a desumanização das populações sub-

jugadas, praticados pelos colonizadores, foram desencadeados no front doméstico pelo Estado totalitário.

Dessa forma, o imperialismo afirma a fronteira intransponível entre o exterior e o interior e a torna mutável e contingente. A expansão imperialista da Rússia na Ucrânia, que teve início em 2014, foi marcada pela criação de repúblicas populares fictícias totalmente dependentes de Moscou, mas cujos regimes legais eram nitidamente diferentes. Enquanto a Rússia putinista era, até 2022, um regime autoritário que usava apenas repressão seletiva, a violência dos grupos armados associados aos líderes locais em Donetsk e Luhansk era praticamente ilimitada. Quando a invasão em grande escala da Ucrânia começou, a transformação do regime russo em uma ditadura brutal se materializou, em grande parte, na exportação dessa cultura de violência das periferias para o centro imperial.

O momento fascista como plenitude da contemporaneidade

Em escala global, a Rússia, como uma região semiperiférica, tornou-se o elo mais fraco do capitalismo neoliberal e foi a primeira a perceber sua tendência latente à facistalização. Essa tendência, que combina a tensão entre o interior e o exterior que descrevi, é tanto uma aceleração do capitalismo neoliberal quanto uma espécie de crítica a ele. O ressentimento antiocidental, que é um dos principais temas da propaganda putinista, geralmente inclui uma crítica ao neoliberalismo radical, no qual o coletivismo específico do povo russo é contrastado com o individualismo ocidental. De forma semelhante, os populistas europeus de direita denunciam as elites globalistas que destroem os estilos de vida estabelecidos das pessoas comuns. Entretanto, o fascismo da primeira metade do século XX foi ainda mais radical: atacou diretamente o capitalismo plutocrático e ofereceu uma alternativa na forma de uma comunidade popular-corporativa capaz de superar os conflitos de classe.

O momento fascista de hoje emerge do perpétuo presente neoliberal e difere do fascismo clássico por sua total falta de um horizonte utópico, mesmo que tenha sido reacionário por natureza. No entanto, assim como um século atrás, o fascismo nasceu da falta de sincronidade do capitalismo, da coexistência de diferentes experiências de tempo dentro da mesma realidade. Como Ernst Bloch demonstrou, o nazismo alemão foi o instrumento de grupos sociais intermediários que não se encaixavam na modernidade, cujas visões de mundo eram aparentemente atrasadas em relação ao seu próprio tempo, para entrar na arena política^{6/}. No entanto, esse atraso não é apenas uma parte legítima de uma contemporaneidade organizada de forma complexa, mas também é capaz de tomar as rédeas de suas tendências internas que permaneceram ocultas.

Hoje, a extrema direita, com seus apelos para recuperar a harmonia perdida do Estado-nação, é tanto uma reação às contradições do capitalismo neoliberal quanto uma expressão de sua cultura dominante. Nossa contemporaneidade contingente se manifesta em sua totalidade na medida em que traz à tona tudo o que foi anteriormente deslocado, tudo o que foi recentemente tratado como arcaico e uma relíquia do passado.

Há duas décadas, a cultura liberal dominante do Ocidente descreveu a crítica da direita à globalização como uma ameaça à soberania nacional, como uma tentativa impotente de impedir o advento de um futuro no qual não haveria barreiras à livre circulação de bens e pessoas. Hoje podemos afirmar que a globalização neoliberal provou ser um estágio no caminho para a desglobalização e a extensão da lógica da concorrência de mercado para o nível dos países em um novo e maravilhoso mundo multipolar.

A Rússia pós-soviética, que foi o campo de testes das reformas radicais de mercado na década de 1990, sintetizou a conveniência neoliberal definitiva e sua ideologia reacionária e iliberal sob o disfarce de um regime neofascista. Esse regime não oferece ao mundo um projeto alternativo, nem abre o horizonte para um futuro compartilhado, ainda que aterrorizante. Pelo contrário, ele está totalmente enraizado no presente como um espetáculo interminável de terror e condensa o momento fascista do mundo.



Antifascismo depois de Gaza

Alberto Toscano

O genocídio no exterior - e a crescente repressão política nos EUA - provam que a “questão do fascismo” vai muito além de Trump

Nos últimos anos, as discussões sobre o fascismo nos Estados Unidos seguiram, sem surpresa, uma cadência eleitoral, concentrando-se mais na presidência de Donald Trump – passada e possivelmente futura – do que na formidável mobilização da extrema direita que está ocorrendo por meio de fundações privadas e legislaturas estaduais. De muitas maneiras, isso se justifica, considerando que o fascismo historicamente exigiu, para sua tomada de poder bem-sucedida, um processo eleitoral e constitucional, em conjunto com milícias e vigilantismo. Mas o chamado “debate sobre o fascismo” de hoje – uma disputa acadêmica e intelectual sobre se ele pode, ou já aconteceu, aqui – está ocorrendo em um cenário diferente de do quatro ou oito anos atrás: o de um movimento crescente, liderado por estudantes universitários, para impedir um genocídio financiado e sustentado pelo governo dos EUA.

Muitos dos que contestaram a ideia de que existe uma séria ameaça de fascismo nos Estados Unidos argumentam que o foco nesse potencial desvia a atenção das tendências antidemocráticas internas e serve a uma narrativa do Partido Democrata em que a escolha é Joe Biden ou a ditadura de Trump. Mas os argumentos dos céticos raramente levam em conta que qualquer discussão completa sobre a questão do fascismo exige uma reflexão sobre a ligação entre a violência política no exterior e em casa. E como o movimento estudantil antiguerra de hoje é alvo de intensa repressão – parte de um ataque mais amplo à dissidência coletiva – isso nos força a pensar sobre nosso presente cada vez mais autoritário além do ciclo eleitoral nacional.

Ao contrário da noção de uma polarização intratável entre democratas e republicanos, uma coalizão de elite de fato se uniu – de presidentes de universidades cúmplices e ideólogos da guerra cultural a bilionários e representantes eleitos de ambos os partidos – para afirmar o compromisso dos Estados Unidos com a impunidade israelense diante de protestos e da opinião pública, em grande parte por meio de acusações de má-fé de antisemitismo exploradas por políticos de extrema direita.

O debate sobre o fascismo agora tem um valor diferente à medida que circulam imagens de atiradores de elite da polícia em telhados de universidades, professores e jornalistas agredidos e presos, e estudantes manifestantes cantando (como na Universidade do Texas-Austin) “APD, KKK, IDF, vocês são todos iguais!” O fato de um acampamento de estudantes na UCLA ter sido atacado semanas atrás, primeiro por uma multidão de vigilantes que espancava os manifestantes e gritava “Segunda Nakba!” e, 24 horas depois, por uma multidão de policiais uniformizados que atiravam

balas de borracha em estudantes desarmados, é uma ilustração sombria de um momento que levou muitos a usar a “palavra com F”, sem nenhuma referência a Trump ou seus comparsas. É também um lembrete de que variantes intensamente repressivas do “liberalismo autoritário” foram as precursoras e incubadoras de regimes abertamente antidemocráticos no passado.

As invocações do fascismo são tradicionalmente caracterizadas por uma retórica urgente e por apelos à vigilância. Esse continua sendo o caso hoje. Mas também podemos registrar diferenças significativas no escopo e nos tipos de ação que o discurso sobre o fascismo evoca.

Em uma entrevista recente sobre a revanche entre Biden e Trump, Alexandria Ocasio-Cortez (D-NY) declarou que, embora estivesse horrorizada com o que está acontecendo em Gaza, quando se trata da eleição, “no final das contas, temos que reconhecer que não podemos permitir que esse movimento fascista cresça neste país”. Falar de fascismo aqui estabelece uma ordem de prioridades: que um voto em Biden é o mal menor quando confrontado com o Trumpismo. Um senso semelhante da primazia da ameaça eleitoral do fascismo foi expresso pelo procurador-geral de Minnesota, Keith Ellison, durante um debate recente, quando ele relembrou conversas com amigos que lhe disseram que “um dia em Gaza é pior do que quatro anos sob Trump”, ao que Ellison respondeu: “Quem disse quatro anos? Esse pode ser um problema de longo prazo”. Nem Ocasio-Cortez nem Ellison minimizaram a violência israelense ou a cumplicidade dos EUA, mas para ambos a ameaça do despotismo trumpiano atenuou a oposição a Biden.

O fato de um acampamento de estudantes ter sido atacado primeiro por uma multidão de vigilantes que gritava “Segunda Nakba!” e, 24 horas depois, pela polícia que disparava balas de borracha contra estudantes desarmados, fez com que muitos usassem a “palavra F” sem nenhuma referência a Trump ou seus comparsas.

Em contraste, veja o discurso do presidente colombiano Gustavo Petro na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática COP28, em Dubai, em dezembro. Em suas observações, Petro pediu ao público que considerasse o genocídio de Gaza como “um ensaio do futuro”, em um mundo onde o colapso climático, a migração, o racismo e a guerra estão inextricavelmente conectados. “Hitler está batendo à porta das casas da classe média europeia e americana e muitos o estão deixando entrar”, disse Petro. “Por que os grandes países consumidores de carbono permitiram o assassinato sistemático de milhares de crianças em Gaza? Porque Hitler já entrou em suas casas e eles estão se preparando para defender seus altos níveis de consumo de carbono e rejeitar o êxodo que isso causa.”

Embora essas declarações não sejam exatamente comparáveis e tenham origem em capacidades de liderança muito diferentes, a distância entre suas conclusões ajuda a esclarecer uma dinâmica significativa. Para os democratas de esquerda, como Ocasio-Cortez e Ellison, o foco é principal-

mente nacional, enquanto para Petro é planetário. Nos Estados Unidos, a ameaça de consolidação eleitoral de um movimento fascista pode servir para relegar o genocídio na Palestina a uma consideração secundária. Em vez disso, Petro invoca Hitler para fazer com que seu público perceba como a convivência do Norte Global com a guerra de Israel está fundamentada em uma mentalidade capitalista que trata a maior parte da população mundial como ameaçadora e descartável.

O efeito da primeira invocação do fascismo é desvincular as questões do clima, da guerra e do fascismo; o da segunda é considerá-las indissociáveis, não apenas em nossas análises, mas em nossas políticas. Há uma ironia amarga em conceder primazia à luta nacional contra o fascismo em relação à campanha para impedir um genocídio financiado pelos EUA, quando o atual governo israelense – em sua retórica exterminacionista, patrocínio de milícias racistas, impulso colonizador e ultranacionalismo – se encaixa nas definições de fascismo dos livros didáticos de forma muito mais clara do que qualquer outro regime contemporâneo.

Há uma amarga ironia em conceder primazia à luta nacional contra o fascismo em detrimento da campanha para impedir um genocídio financiado pelos EUA, quando o atual governo israelense se enquadra nas definições dos manuais de fascismo com muito mais precisão do que qualquer outro regime contemporâneo.

Especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, as palavras do grande teórico marxista do fascismo, Nicos Poulantzas, ainda soam verdadeiras: “Aquele que não quiser discutir o imperialismo (...) deve ficar em silêncio sobre o tema do fascismo”. Os movimentos e estados fascistas históricos surgiram como potências imperiais tardias, com aspirações de reviver o colonialismo colonizador na era da indústria e da política de massa. Após a queda da Alemanha nazista e da Itália fascista, os críticos do império americano no exterior e do racismo no país invocaram repetidamente o espectro do fascismo. Em seu artigo “Fascism in America” (Fascismo na América), de 1952, o economista Paul Baran (notadamente escrevendo sob um pseudônimo para se proteger do McCarthismo), explicou como uma coalizão corporativa-militar dos EUA poderia realizar todas as tarefas de um regime fascista: garantir, por meio do poder do Estado, uma base de massa para a dominação capitalista, minando quaisquer desafios vindos de baixo, e adotando apenas as “formas clássicas” do fascismo no exterior.

“Até o momento, eles não precisam de tropas de choque nos Estados Unidos, massacrando as esposas e os filhos de trabalhadores e agricultores revolucionários”, explicou Baran. “Mas eles os empregam onde são necessários: nas cidades e vilarejos da Coreia.”

Um quarto de século mais tarde, Edward Herman e Noam Chomsky detalhariam a maneira como o “Consenso de Washington” se reproduziu apoiando o “fascismo do terceiro mundo” no exterior, da Indonésia a El Salvador. Os pensadores radicais negros do pós-guerra aprimoraram essas

percepções, conectando o papel da violência política dos EUA no exterior para manter a hegemonia americana à função do terror racial em casa para reprimir os movimentos de libertação de negros e pardos.

Quando se trata do debate atual sobre o fascismo, devemos olhar para além das fronteiras dos EUA. Ou pelo menos olhar para elas, reconhecendo que a violência contra os migrantes é uma manifestação fundamental do autoritarismo contemporâneo. Como o momento atual exemplifica, a escala em que nossa linguagem funciona está relacionada ao escopo de nossa imaginação moral e política. Se acreditarmos que o fascismo é algo que ocorre apenas no nível do Estado-nação, podemos ser persuadidos de que resistir ao fascismo em casa exige ignorar a cumplicidade com o genocídio no exterior. Mas é exatamente esse horizonte irremediavelmente limitado que está sendo questionado nos acampamentos de solidariedade em todo o mundo.

Se acreditarmos que o fascismo é algo que ocorre apenas no nível do Estado-nação, podemos ser persuadidos de que resistir ao fascismo em casa requer ignorar a cumplicidade com o genocídio no exterior.

A crueza intencional da analogia histórica de Petro com o fascismo (Hitler batendo à porta da Europa) está ligada a uma visão que tenta fazer justiça à gravidade e à inter-relação das crises violentas que estão levando nosso mundo a um ponto de ruptura. Nesse sentido, ele vai muito além do paroquialismo do atual debate sobre o fascismo nos EUA, que muitas vezes oscila entre alertas liberais de esquerda sobre um perigo claro e presente e as exigências dos céticos de que os progressistas enfrentem as tendências autoritárias profundamente arraigadas dos Estados Unidos sem fazer comparações europeias.

Se quisermos falar sobre o fascismo americano, à sombra de um genocídio apoiado pelos EUA e perpetrado por um Estado em que alguns líderes usam alegremente o rótulo de fascista, o mínimo que podemos fazer é aprender com um antifascismo internacionalista, negro e terceiro-mundista – que sempre insistiu que o fascismo deve ser enfrentado em escala mundial. Os acampamentos e as ocupações que surgiram de Manhattan a Atlanta mostram o que significa confrontar a violência colonial e imperial, desafiar suas ideologias racistas e eliminatórias, explicitando como essa violência é reproduzida nas instituições e cidades onde trabalhamos e vivemos.

Uma política radical de desinvestimento está revivendo as tradições do antifascismo internacionalista. Talvez não haja sinal mais claro disso do que as palavras pintadas com spray na lateral de uma tenda em Rafah: “Obrigado, estudantes solidários com Gaza, sua mensagem chegou”.



Uma proposta desviante para o antifascismo queer

Joana Bregolat i Campos

*Como pensar o antifascismo a partir
das lutas sob a perspectiva queer*

O fascismo entra pelo corpo. Essa ideia que Noélia Ramírez e Begoña Gómez comentaram no final de outubro em seu podcast “Amiga darte cuenta ” me pegou e me deixou pensando em como a exploração do corpo, sua desapropriação e suas fronteiras de aceitação são reconfiguradas entre medidores de desejabilidade e tendências de redes sociais, reproduzindo a ideia clássica e essencialista de pureza física. Questionar quais são as chaves que hoje constituem a ideia de um corpo desejável e desejante, um corpo aceitável e habitável, um corpo com o direito de ser um corpo, de ser reconhecido como tal e com o direito de poder articular seus desejos, prazeres e necessidades, não são questões que se reduzem à estrutura da antropologia pop, longe disso: elas apontam como os sistemas políticos estão sempre inscritos no corpo.

A compreensão dessa dimensão corporal abre um campo político fértil para entender a materialidade de como as dissidências queer habitam os espaços e de onde propomos linhas de fuga para expandir um programa de ruptura com o capital de forma mais ampla e além do gênero. É a partir daí, das relações sociais que atravessam nossa pele, que quero me aventurar a falar de um antifascismo queer.

Neoliberalismo, ondas reacionárias e outras turbulências

A sexualidade no capitalismo foi moldada pelos regimes de acumulação capitalista, suas sucessivas crises e reconfigurações. Cada mudança, cada virada, tem um impacto não apenas nas relações de produção, mas também nas relações geradoras de reprodução que as sustentam de forma violenta – interrompendo e alterando radicalmente a relação com a terra, os povos e as formas de trabalho. Um impacto que dá origem a novas configurações raciais e regimes sexuais, bem como às estruturas que os sustentam. Assim, as relações materiais de produção e reprodução constituem a principal matriz subjacente para a compreensão de como a sexualidade é articulada em nossa sociedade, revelando as estruturas que perpetuam o atual regime sexual capitalista.

O binarismo de gênero, a primazia da função reprodutiva do sexo, a estrutura familiar nuclear patriarcal e a heterossexualidade compulsória atuam como garantidores do requisito tripla de correspondência entre sexo, gênero e sexualidade que fundamenta o regime capitalista patriarcal cis-heterossexual. Essa formação de sexo cruzado é uma ferramenta funcional do capital para garantir sua reprodução, que está intimamente ligada às relações e aos papéis de gênero e, em última análise, à divisão sexual e transnacional do trabalho. Uma formação que está em constante recon-

figuração diante das crises do capital, assim como a atual configuração dominante do mesmo sexo. A construção de um regime homonormativo neoliberalizado molda a sexualidade a partir de uma tolerância repressiva àqueles que desafiam as categorias funcionais da produção e reprodução do capital. Assim, a adaptação e a assimilação ao cânone heterossexual, a guetificação, a conformidade de gênero, o homonacionalismo, o hiperindividualismo e a estratificação de identidade nas dissidências queer tornam-se suas ferramentas para gerenciar, controlar, ordenar e regular as formações do mesmo sexo.

A turbulência do atual período de crises múltiplas, sucessivas e entrelaçadas que estamos atravessando posiciona esses regimes em um contexto de mudanças rápidas e desconcertantes, de renegociação constante e sempre fora do tempo, em que a sexualidade é mais avidamente contestada e mais intensamente controlada. Por trás do caos que emerge da turbulência, surge um senso de declínio que reforça os discursos e as práticas políticas reacionárias que defendem a manutenção da “ordem natural das coisas” e a agitação da fábrica de monstros por meio da criação de inimigos morais e do fomento de pânicos de identidade. Diante do clima reacionário e conservador que incita dúvidas sobre como tolerar uma identidade sexual e/ou de gênero que não seja estável, unitária e bem definida; sobre como ordenar uma sexualidade múltipla, diversa e polimórfica que não se encaixe perfeitamente na reprodução da nação; e sobre como aceitar corpos desejados e desejantes que rompam com a imagem de pureza física e com o cânone patriarcal heterossexual eurocêntrico de beleza, a extrema direita parte para a perfeição.

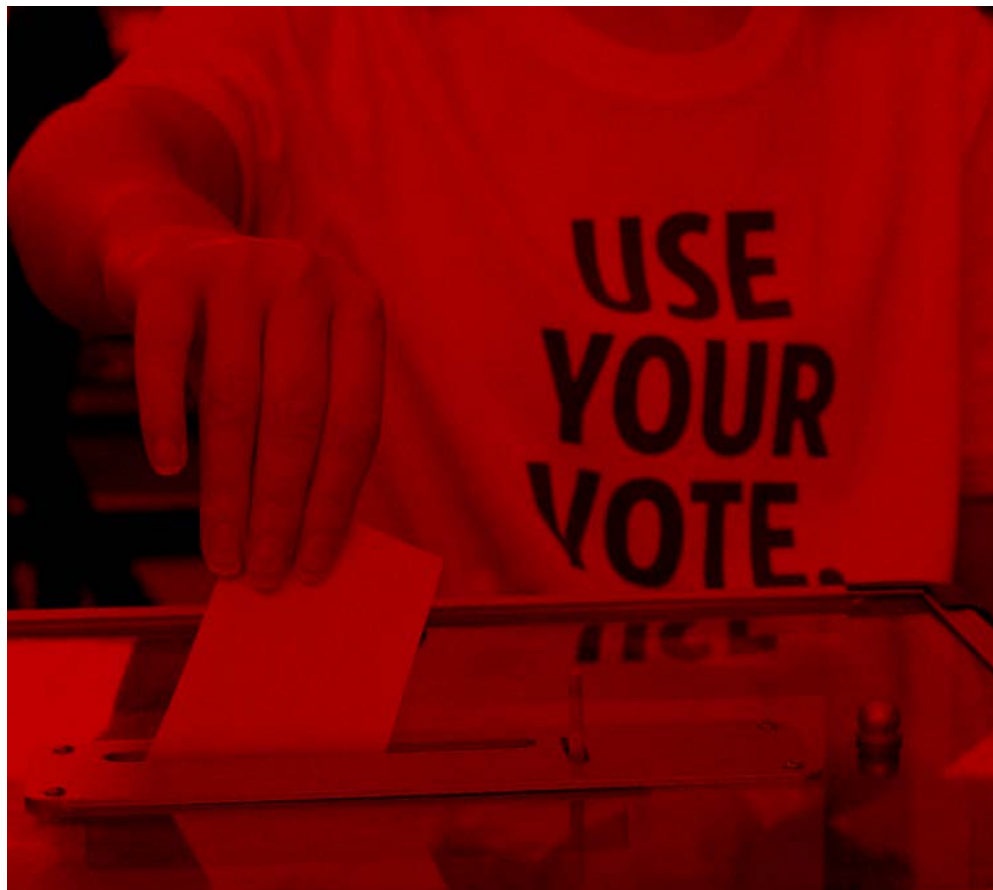
Uma resposta antifascista queer

Nuria Alabao resumiu a ação política da extrema direita como “uma política de vigilância das fronteiras”⁶ em face da reconfiguração das relações sociais de produção e reprodução do capital. Uma política violenta – racista, misógina e sexualmente reacionária – que se alimenta de estratégias homonacionalistas, da estratificação identitária e do hiperindividualismo presente nos regimes sexuais atuais, e adota um papel disciplinador diante de qualquer impureza, qualquer salto, qualquer transgressão. Não se trata de proteção ou transformação, nem tem como objetivo melhorar as condições de vida da maioria: suas ações se baseiam em expressar seu poder, em querer consolidá-lo e continuar a ter o poder de definir quem tem direito a quê e quem pode viver e quem não pode. Assim, quando a fábrica de monstros de sua política de fronteiras destaca *les marikes*, *les lokes*, *les rares*, *les migres*, *les diskas*, *les gordes*, *les putes*, *les feminists*, *les racialized* e *les queer*, ela nos constrói como o inimigo a ser batido. Nós nos tornamos aquela vida sem valor e aquele corpo a ser despossuído, desumanizado e destruído. E é nessas vidas incômodas que fazem perecer tudo o que é aceitável aos olhos dos reacionários e conservadores, que

reside o potencial para romper com suas regras do jogo e construir novos horizontes libidinais a partir das ruínas do velho mundo.

Todos nós, monstros do outro lado das fronteiras da extrema direita, que amamos tudo o que ela despreza, somos atravessados por um mar de violência. Essa posição de constante choque configura um lugar estratégico para construir respostas antifascistas, solidárias e internacionalistas, diversas e baseadas em classes, longe da imagem de um movimento de homens brancos cis homogêneos. Um antifascismo que nos aproxime, que seja capaz de tecer redes de cumplicidade e de reunir as experiências de luta dos movimentos feminista, antirracista, ambientalista, sindical e LGBTIQ+. Que escuta, tem memória e disposição para questionar (e questionar a si mesmo), para ir além e apresentar um programa de ruptura com o capital. Uma resposta que faça da práxis revolucionária uma ferramenta para liberar prazeres e afetos, e para educar o desejo.

Uma resposta queer antifascista não deve ser apenas uma questão daqueles de nós que foram chamados de monstros pela onda reacionária e conservadora, deve ser uma dinâmica central situada no sim da luta de classes. Ela deve ser capaz de navegar pelas contradições e dúvidas a fim de reconhecer uns aos outros entre os companheiros na mesma linha de defesa e entender que, quando avançamos sobre os monstros, todos nós avançamos, e as coordenadas a partir das quais começamos a construir outros mundos possíveis se multiplicam. Apresentamos uma proposta que rompe com os moldes da ação antifascista de nicho e faz das lutas em defesa de vidas dignas – do movimento pelo direito à moradia às lutas por serviços públicos de qualidade para todos, aos processos de reconversão e planejamento ecológicos, aos conflitos sindicais e ao poder feminista e antirracista – lugares a partir dos quais expandir o olhar. E pode ser que falar sobre o antifascismo queer tenha muito a ver com o esboço de uma política sexual racial que subverta todas as ordens estabelecidas e forme a base para um anticapitalismo verdadeiramente queer capaz de transformar a sociedade.



Quem semeia políticas de extrema direita... colhe a extrema direita

Miguel Urbán

Uma análise do crescimento da extrema direita nas últimas eleições para o Parlamento Europeu

Neste domingo, foram concluídas as eleições europeias, que elegeram os membros do Parlamento Europeu que comporão a décima legislatura. Nunca é demais lembrar que essas eleições são usadas como a maquiagem perfeita para renovar a estrutura de governança da UE (Parlamento e Comissão Europeia). Em uma tentativa de evitar a imagem de um aparato burocrático hierarquicamente estruturado, com pouco controle democrático, que responde a um equilíbrio de poderes estatais baseado na hegemonia do eixo Berlim-Paris. Esse processo será concluído, meses depois, com a ratificação pelo Parlamento do presidente da Comissão Europeia e do conselho de comissários previamente negociados pelos estados-membros.

Talvez a manchete mais importante dessa eleição seja o crescimento da extrema-direita, que consolida uma direitização da UE há muito tempo latente. A atual dispersão da extrema direita, em três grupos no Parlamento Europeu, obscurece a imagem de seu resultado eleitoral, mas não se pode ignorar que ela foi a segunda força mais votada na Europa, com pouco mais de 20% dos votos, à frente dos social-democratas. Dessa forma, a extrema direita conseguiu se tornar a principal força em: Itália, França, Hungria, Bélgica, Áustria e Polônia, e a segunda força na Alemanha e na Holanda, enquanto o Partido Socialista Europeu só conseguiu vencer na Suécia, Romênia, Malta e empatou em Portugal com a direita.

O partido de Le Pen, o Reagrupamento Nacional (RN), conseguiu não apenas vencer novamente na França pela terceira vez consecutiva nas eleições europeias, dobrando os votos do partido do governo, mas também se tornar o partido com mais deputados no Parlamento Europeu, um bom exemplo da força da extrema direita europeia. Um resultado que gerou um verdadeiro terremoto na França, onde Macron foi forçado a convocar eleições legislativas de emergência.

De fato, a extrema direita não parou de crescer na Europa desde o início do século, passando de mal conseguir deputados suficientes para formar um grupo no Parlamento Europeu para ser a segunda força mais votada nessas eleições. Em uma década, eles dobraram seu apoio e estão emergindo como uma força que pode determinar as maiorias parlamentares na próxima legislatura. A burocracia eurocrata em Bruxelas leva essa possibilidade muito a sério e, para isso, iniciou uma campanha para diferenciar entre uma boa extrema-direita e uma má extrema-direita; ou seja, entre a extrema-direita que abraça inequivocamente a política econômica neoliberal, a remilitarização e a subordinação geoestratégica às elites europeias e à OTAN, e a extrema-direita que ainda as questiona, embora cada vez mais timidamente.

Na própria campanha eleitoral, a candidata do EPP à presidência do Colégio de Comissários, Ursula von der Leyen, abriu as portas para um pacto com parte da extrema direita representada por Meloni, a “boa extrema direita”. Nesse sentido, o próprio presidente do Partido Popular Europeu (PPE), o alemão Manfred Weber, já se mostrou favorável à realização de acordos com a extrema direita após uma reunião com o presidente italiano Geórgia Meloni no ano passado. Abordagens que contribuem para normalizar a extrema direita como um parceiro aceitável, legitimando não apenas seu espaço político, mas também suas políticas e discursos de ódio que estão ganhando cada vez mais audiência entre o eleitorado europeu. Esse é um bom exemplo do papel de liderança que se espera que a extrema direita desempenhe nessa nova legislatura, na qual ela será uma peça fundamental para garantir maiorias parlamentares.

Nesse sentido, parece que Le Pen não quer ficar de fora dessa operação de lifting facial novamente, ela está ciente de que precisa concluir seu processo particular de desdiabolização, não apenas para ter uma palavra a dizer no próximo Parlamento Europeu, mas, acima de tudo, para ter uma chance nas eleições presidenciais francesas do próximo ano. Dessa forma, a extrema-direita francesa bateu à porta de Meloni para tentar unir forças e se tornar a segunda força política no Parlamento Europeu. Nas próximas três semanas, período em que os grupos políticos do Parlamento Europeu devem ser formados, decifraremos o mistério de quem o Meloni escolheu. Pelo canto das sereias do grupo Popular ou para liderar um grande grupo de extrema direita. O próprio Jorge Buxadé (Vox) lembrou a Alberto Núñez Feijóo em sua campanha: “Não se empolgue porque Giorgia Meloni é uma de nós”. Parece que a direita e a extrema direita têm pela frente semanas interessantes e complexas para ver como os grupos políticos no Parlamento Europeu serão finalmente configurados.

Talvez, outra das manchetes dessas eleições seja a tendência de erosão do bipartidarismo europeu, se já em 2019, pela primeira vez na história do Parlamento Europeu, os Populares (PPE) e os Socialdemocratas (S&D) não conseguiram alcançar a maioria absoluta. Nessas eleições, cinco anos depois, os socialistas não são mais a segunda força mais votada e são relegados pela extrema direita a um histórico terceiro lugar. Os números não funcionam para os socialistas e o Partido Popular, e eles precisam cada vez mais expandir a chamada grande coalizão que governou a Europa até agora com novas forças.

De fato, já na última legislatura, especialmente os liberais do Renew Europe e, em algumas ocasiões, os Verdes, foram fundamentais na formação de maiorias no parlamento e na aprovação das principais medidas dessa legislatura (Pacto Verde, remilitarização europeia, Pacto de Migração e Asilo etc.). Foram justamente esses dois grupos, tanto o Renew Europe quanto os Verdes, que sofreram a maior erosão eleitoral nessas eleições, perdendo 20 e 18 cadeiras, respectivamente. Se

em 2019 eles cresceram, até certo ponto, como forças de renovação e modernização de uma governança bipartidária ultrapassada, seu fracasso em atender às expectativas os levou a pagar um alto custo eleitoral. Apesar disso, elas parecem ser duas forças fundamentais para garantir as maiorias da grande coalizão.

Talvez o exemplo mais claro da erosão da fórmula política da Renovação da Europa seja personificado por Emanuel Macron na França, onde seu partido não chegou nem a 15% dos votos. Macron representa uma espécie de figura política vazia, o porta-estandarte de uma saída para a crise de representação do próprio bloco de poder e para a corrupção dos grandes partidos, que foi vendida como uma fórmula que condensava o extremo centro em um único partido. Um modelo de político vindo do mundo da administração de empresas e percebido, precisamente, como um gerente da difusa “sociedade civil”, mas um garantidor da (des)ordem neoliberal. Em suma: uma espécie de forasteiro para manter o status quo.

De fato, Macron se junta a uma tendência global de surgimento de caudilhos populistas neoliberais autoritários do mundo empresarial/financeiro que não confiam mais em políticos profissionais, mas lideram seus próprios interesses de elite na linha de frente da política. Essas eleições não apenas sentenciaram o declínio do Macronismo como o príncipe do europeísmo neoliberal que substituiria a grande coalizão, mas também abriram um cenário incerto para as eleições legislativas antecipadas (junho) e para as eleições presidenciais francesas. Nesse sentido, aqueles que tentaram se apresentar como representantes do macronismo hispânico, Ciudadanos, morreram definitivamente nessas eleições, passando de oito para nenhum eurodeputado.

Parece que podemos ter um novo grupo no Parlamento Europeu em torno do italiano Five Stars e da aliança alemã Sahra Wagenknecht -For Reason and Justice-. Um espaço político mal definido construído por partidos que têm em comum o fato de acharem difícil se encaixar em qualquer um dos outros grupos formados no parlamento, seja por causa de diferenças políticas ou por causa de vetos de outras forças, como tem sido historicamente o caso do Cinco Estrelas. Um grupo semelhante ao que foi a Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD) na legislatura 2014/2019. Embora ainda não se saiba se eles conseguirão aliados para cumprir a regra parlamentar de um mínimo de 25 eurodeputados de pelo menos sete países diferentes da UE.

Mais de 100 eurodeputados eleitos não têm um grupo claro no Parlamento Europeu, uma boa indicação do peso do voto de protesto antipolítico, um estranho aos grupos estabelecidos no Parlamento Europeu, nessas eleições. Um bom exemplo desse fenômeno é Fidias Panayiotou, um tiktoker cipriota de 24 anos, que tem sido a segunda força, conquistando duas cadeiras no Parlamento Europeu com mais de 20% dos votos, e Alvis Pérez, o candidato do Se Acabó La Fiesta, uma das surpresas do dia da eleição na Espanha, que conquistou três eurodeputados com 800.000 votos.

Um voto de protesto mobilizado para “recuperar a democracia sequestrada” pela oligarquia política corrupta, tradicionalmente chamada pela ultradireita de “partidocracia”, com a consequente defesa de uma espécie de antipolítica. O sucesso eleitoral por trás dessa bandeira que aspira a resgatar uma democracia sequestrada pelas elites não pode ser entendido sem avaliar o déficit democrático das sociedades em que ela emerge. Nesse sentido, não é coincidência que ele se expresse especialmente nas eleições europeias; da transformação sistêmica de uma sociedade globalizada; e da deslegitimação da política e do político que ocorreu em seu meio diante da desvalorização das ideologias. Dentro e fora do sistema, o exterior continua a ganhar cada vez mais peso político no Parlamento Europeu.

A esquerda pode continuar a ocupar o último lugar no Parlamento Europeu enquanto se aguarda a criação de um novo grupo, mas, ao contrário de 2019, consegue mitigar a sua queda e pode até crescer ligeiramente em número, quando a distribuição dos novos eurodeputados não registrados em nenhum grupo for confirmada nas próximas semanas. Particularmente relevantes foram os resultados na Finlândia, segunda força; na Itália, onde a esquerda recuperou a representação; e na França Insoumise, que forneceu o maior grupo de deputados para a esquerda.

Essas eleições mostraram mais uma vez a crescente perda de legitimidade da UE entre os setores sociais em toda a Europa, com a abstenção vencendo novamente em quase todos os países. A UE tem cada vez mais dificuldade de ser associada aos chamados “valores europeus”, como democracia, progresso, bem-estar ou direitos humanos. Uma crise orgânica no sentido gramsciano do termo, resultado e aprofundamento da crise do modelo pós-Maastricht do capitalismo europeu, que tem sido uma verdadeira camisa de força neoliberal, com uma combinação letal de austeridade, livre comércio, dívida predatória e trabalho precário e mal pago, o DNA do capitalismo financeirizado atual.

Essa crise de legitimidade e institucionalidade não significa apenas que as decisões da UE tentam contornar os parlamentos nacionais a todo custo, mas também significa que qualquer referendo ou consulta aos cidadãos que direta ou indiretamente se refira a questões europeias é visto com desconfiança e temor. A cada dia, mais e mais pessoas estão acordando do sonho europeu e se veem à deriva entre um europeísmo neoliberal e militarista defendido pelas elites da UE e um nacionalismo excludente em ascensão em nível estadual. Uma crise orgânica do projeto da UE que gera vazios propícios a mutações, reajustes, recomposições e, acima de tudo, a monstros, como vimos nessas eleições.

Eleições que confirmam: a mudança da Europa para a direita, em que a extrema direita não aparece mais como eurocética, mas como euro-reformista, reservando um lugar na governança da UE; a falência das maiorias da antiga grande coalizão; o fim do macronismo e sua tentativa de uma

grande centro-direita europeia; a ascensão das opções de protesto antissistema e antipolítica; e o crescimento da abstenção e do desencanto europeu com a máquina da UE. Tudo isso em um contexto em que os tambores de guerra ressoam nas chancelarias, aproximando-nos perigosamente do cenário de um novo confronto militar global, tendo como pano de fundo a emergência climática e o dismantelamento da governança multilateral e do direito internacional que governou o mundo desde a Segunda Guerra Mundial.

Um coquetel perigoso que pressagia novos conflitos, uma recomposição de atores, uma ampliação do campo de batalha e, acima de tudo, uma aceleração de novas e velhas tendências. Embora uma lição se sobressaia sobre as demais nessas eleições europeias: quando você semeia políticas de extrema direita – o Pacto de Migração foi um dos muitos exemplos – você colhe... políticas de extrema direita.

O “momento Modi” e a extrema direita hindu

Aparna Sundar

O partido BJP hindu representa uma das principais organizações da ultra-direita do mundo



A decisão da Índia de se abster na votação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 26 de outubro de 2023 que pedia um cessar-fogo em Gaza (apoiando efetivamente Israel, os EUA e seus aliados no bloco ocidental contra os 121 países que apoiaram a moção) é um retrato das reivindicações contraditórias do governo de Narendra Modi em suas manobras para obter proeminência em uma ordem global em transformação.

Em outros lugares, Modi tem sido rápido em rejeitar qualquer crítica ao seu histórico de direitos humanos ou ao retrocesso democrático de seu regime como sendo do “Ocidente” imperialista e colonial, ao mesmo tempo em que afirma que a Índia é líder do Sul global. Essa é uma parte importante do apelo de Modi aos seus apoiadores. Uma pesquisa recente no país mostrou que, embora as pessoas não estejam otimistas em relação ao seu próprio futuro em termos de economia, bem-estar ou segurança das mulheres, elas acreditam que a Índia está se saindo bem no cenário mundial.

O realinhamento em relação ao eixo dos EUA não é novo e vem ocorrendo desde que a Índia abriu sua economia em 1991, afastando-se do modelo estatista e aproximando-se do bloco ocidental, tanto do ponto de vista econômico quanto político, apresentando-se como a “maior democracia do mundo” e participando da “guerra contra o terror”. Esse é um posicionamento que Washington adotou em sua nova Guerra Fria com a China, apelando para a Índia como uma “democracia asiática” a ser incluída em formações como o Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad), juntamente com o Japão e a Austrália. Em uma visita oficial aos EUA em junho de 2023, Modi foi recebido com uma salva de 21 tiros e um jantar na Casa Branca, e foi convidado a discursar em ambas as casas do Congresso. Enquanto isso, pelo quarto ano consecutivo, a Comissão de Liberdade Religiosa Internacional dos EUA (USCIRF) recomendou que o Departamento de Estado classificasse a Índia como um “país de preocupação especial” por suas “violações sistemáticas, contínuas e flagrantes da liberdade religiosa”; o fundador da Genocide Watch alertou sobre um genocídio latente contra os muçulmanos na Índia; o Washington Post e o New York Times documentam consistentemente evidências do crescente autoritarismo de Modi; enquanto a Índia continua a piorar em quase todos os índices globais: democracia, liberdade de imprensa, pobreza, etc.

Embora a geopolítica possa ser a base do relacionamento entre os EUA e a Índia, há também outros fatores que influenciam a crescente proximidade do país com Israel na era Modi e, especificamente, com o governo de Benjamin Netanyahu. Azad Essa documenta isso em *Hostile Homelands: The New Alliance Between India and Israel*: A Índia começou a comprar discreta-

mente tecnologia de defesa e treinamento de Israel na década de 1960, enquanto mantinha sua posição oficial a favor da autodeterminação palestina. Porém, durante a era Modi, a parceria de defesa foi fortalecida e celebrada, enquanto o apoio à Palestina se tornou mais condicional. Modi e Netanyahu reconhecem e respeitam um ao outro como líderes autoritários; o nacionalismo hindu e o sionismo têm fortes afinidades como movimentos de dominação dominante; os dois países se veem como gêmeos na luta contra o “terrorismo islâmico”; e os empresários favoritos de Modi agora têm investimentos significativos em Israel. Essas características emergem de três aspectos centrais e inter-relacionados da “Nova Índia” de Modi: o sucesso do projeto Hindutva (nacionalismo hindu), que pretende transformar a Índia em uma nação hindu; a capacidade de Modi de garantir o apoio do capital, possibilitando uma forma predatória de acumulação acelerada para seus empresários amigos e, de forma mais ampla, para os capitalistas como classe; e sua capacidade de coagir o público por meio de uma combinação astuta de apelo pessoal, medidas populistas de bem-estar, cooptação de instituições e repressão total.

Nacionalismo hindu

O que distingue Modi de outros políticos populistas autoritários, como Jair Bolsonaro, Recep Tayip Erdoğan, Rodrigo Duterte ou mesmo Donald Trump, é a longa e profunda base ideológica e organizacional do movimento ao qual ele e seu Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata Party, BKP) pertencem. O Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), a organização que lidera o movimento Hindutva de nacionalismo supremacista hindu, foi fundado em 1925 como uma das correntes de resistência nacionalista ao colonialismo britânico e tira sua visão supremacista étnico-racial de nação do fascismo europeu.

Desde o início, o movimento teve duas vertentes principais. Primeiro, a construção de uma identidade hindu a partir das diversas seitas e práticas do subcontinente indiano sob uma definição patriarcal e bramânica (casta privilegiada) baseada nos textos sagrados do hinduísmo. Isso envolve resistir aos desafios dos dalits (casta oprimida) à sua ordem de castas profundamente hierárquica e, ao mesmo tempo, cooptá-los e aos adivasis (comunidades indígenas) para o rebanho hindu, a fim de formar uma maioria. O segundo plano é apostar nessa identidade definindo outros povos (muçulmanos e cristãos, por exemplo) como estranhos à nação. A SSR tem um grande aparato organizacional para construir um amplo consenso cultural para suas doutrinas, com milhares de frentes em todo o país voltadas para diferentes grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, estudantes universitários, trabalhadores (incluindo o maior centro sindical do país), soldados, adivasis e diferentes grupos de castas. Ele dirige escolas e realiza trabalhos e serviços de caridade, inclusive socorro em desastres naturais. O bjp, formado em 1984 com base em partidos anteriores afiliados

ao movimento, fez seu nome por meio de campanhas maciças com o objetivo de resistir à expansão de programas de ação afirmativa para uma gama maior de castas e apagar símbolos da história muçulmana da Índia em favor de seu “autêntico passado hindu”.

A intenção genocida dos esforços de Modi para apagar a vida dos muçulmanos ficou clara desde que ele foi eleito pela primeira vez em nível federal em 2014. Embora seja inconcebível que 196 milhões de muçulmanos, aproximadamente 14% da população da Índia, possam ser exterminados, eles podem ser submetidos a violência e humilhação, silenciados e privados de seus direitos de voto e direitos humanos básicos. Ao reescrever os livros didáticos de história ou mudar os nomes dos lugares, seus mais de 1.000 anos de presença na história da Índia estão sendo sistematicamente apagados. Suas formas de “comer, rezar e amar” são criminalizadas, começando em 2014 com um número crescente de linchamentos de homens muçulmanos por grupos de vigilantes por comerem ou comercializarem carne bovina ou por “atraírem” mulheres hindus para o casamento a fim de convertê-las ao islamismo (“love jihad”). Os homens muçulmanos pobres têm sido alvos específicos e têm sido atacados e espancados por grupos de justiceiros que os obrigam a recitar “Jai Shri Ram” (viva o Senhor Ram)¹. Até mesmo estrelas de cinema ou jogadores de críquete populares não ficaram isentos do assédio de trolls e ameaças cruéis. Os apelos para um boicote econômico às empresas muçulmanas aprofundaram a marginalização econômica e social que já era generalizada na vida dos muçulmanos em muitas partes do país, cujas cidades tornam impossível para eles encontrar moradia alugada. Mulheres que usavam hijab foram impedidas de frequentar a universidade em um estado governado pelo BJP: a Constituição proibia o uso de símbolos religiosos em instituições públicas. As orações e práticas hindus ainda fazem parte da rotina dessas instituições. Tem se tornado cada vez mais comum, durante os festivais hindus, ver grandes multidões de homens hindus com véus cor de açafrão, armados com porretes e espadas, marchando agressivamente pelos bairros muçulmanos, entoando canções e slogans antimuçulmanos, espancando muçulmanos e destruindo suas propriedades. Sem dúvida, eles acreditam que estão obedecendo aos líderes espirituais do extremismo hindu, que declararam ser um dever religioso perseguir e matar muçulmanos.

Modi e os membros de seu partido permaneceram em silêncio diante dessa violência; às vezes, eles se distanciaram e atribuíram o fato às ações de indivíduos isolados, mas, com mais frequência, fizeram referências subliminares para provocar e intensificar a polarização para fins eleitorais. Após os linchamentos e outros ataques, quase não houve prisões. Em contraste, os envolvidos no estupro coletivo de uma mulher muçulmana e no assassinato de vários muçulmanos no pogrom antimuçulmano de 2002 em Gujarat, quando Modi governava o estado, bem como os envolvidos no linchamento de um comerciante de gado muçulmano, foram libertados e aclamados como he-

1 Proclama utilizada como símbolo de adesão à fé hindu [n. del e.].

róis pelos legisladores do bjp. A polícia geralmente adota uma atitude passiva e espectadora em relação à violência, enquanto os governos municipais dos estados governados pelo bjp demoliram lojas e propriedades de muçulmanos que se defendiam, alegando que eram “construções ilegais”.

No segundo mandato de Modi, que começou em 2019, os governos locais do bjp aprovaram uma série de leis destinadas a privar os muçulmanos de seus direitos. Vários estados governados pelo bjp aprovaram leis de proteção às vacas e outras que proíbem casamentos inter-religiosos (que supostamente são apenas para fins de conversão), aumentando a força da polícia e dos tribunais para legitimar a violência dos vigilantes. Em 2019, três grandes mudanças legislativas e jurídicas, incluindo uma Lei de Emenda à Cidadania (caa), transformaram irreversivelmente a natureza da cidadania e tornaram os muçulmanos, de fato, cidadãos de segunda classe de uma nação hindu.

Uma dessas leis, a Kashmir Reorganisation Act (Lei de Reorganização da Caxemira), institucionalizou a ocupação da Caxemira pela Índia. Ela removeu a autonomia limitada concedida à Caxemira de acordo com a Constituição indiana e eliminou a lei que impedia a venda de terras a não caxemires, abrindo caminho para a ocupação em larga escala e a transformação demográfica. A Caxemira continua sendo uma das regiões mais militarizadas do mundo, com frequentes apagões de internet, prisões arbitrárias, especialmente de jornalistas e ativistas de direitos humanos, de acordo com leis draconianas “antiterrorismo”, além de desaparecimentos e “assassinatos por encontro” por policiais e militares que gozam de impunidade de acordo com o Armed Forces Special Powers Act, que está em vigor na Caxemira há mais de três décadas.

A mobilização total do Estado e da sociedade para travar uma guerra contra o que os nacionalistas hindus consideram a “velha Índia” – uma nação multiétnica e multiconfessional, tanto em termos de tecido social quanto de garantias constitucionais de secularismo, igualdade e não discriminação – também tem outros grupos em sua mira. Os cristãos (assim como os muçulmanos, considerados seguidores de uma fé que se originou fora da massa terrestre indiana) sofreram ataques violentos por supostamente realizarem atividades de conversão entre Adivasis e Dalits (reduzindo potencialmente a “maioria” hindu). Cálculos eleitorais sobre os benefícios da criação de uma base de apoio hindu extremista também influenciaram a recente campanha de estupros e assassinatos de membros de comunidades cristãs no estado de Manipur, no nordeste do país. Um movimento de protesto generalizado contra as leis agrícolas neoliberais procurou ser deslegitimado com o argumento de que os agricultores sikhs que o lideravam eram “separatistas” e “terroristas”. Outros também foram rotulados como “antinacionais” e sofreram violência e vigilantismo por parte do Estado. Intelectuais e ativistas de esquerda e liberais, jornalistas, professores e estudantes universitários, artistas, feministas e membros de organizações da sociedade civil foram acusados de fazer parte de uma elite imposta, com influência britânica e “pseudo-secularista”, contra a qual o bjp afirma representar a nação autêntica.

Capitalismo predatório

A taxa de crescimento relativamente alta da economia indiana (7,2% em 2022-2023) mascara as crises de aumento da desigualdade, do desemprego e da pauperização, refletidas com mais precisão nos dados sobre desnutrição, mortalidade infantil e saúde da mulher. O governo de Modi falhou miseravelmente em enfrentar os maiores desafios econômicos da Índia: aumentar o investimento em manufatura, atrair investimento estrangeiro, criar empregos e aumentar as exportações. As taxas de crescimento refletem, em parte, o poder de compra de uma classe média que, embora grande em termos absolutos, representa uma pequena fração dos 1,4 bilhão de habitantes da Índia. Entretanto, essas taxas são explicadas em grande parte pela natureza do crescimento, gerado pela compra de ativos de alto risco por especuladores internacionais, pela aquisição de terras e recursos a custos extraordinariamente baixos e pelo acesso privilegiado ao capital e aos mercados existentes para capitalistas favorecidos.

O governo aprovou uma série de leis neoliberais para aumentar a “facilidade de fazer negócios”, incluindo reformas trabalhistas que degradam a regulamentação e os padrões das relações trabalhistas, bem como mudanças na legislação de impacto ambiental e proteção florestal que facilitam o acesso das empresas aos recursos naturais. Os planos para privatizar ainda mais os ativos públicos incluem a permissão da mineração comercial de carvão, o aumento do limite de investimento estrangeiro na fabricação militar, o leilão de aeroportos para parcerias público-privadas e a entrega de ativos do setor público a agentes privados em “arrendamentos de longo prazo”. Se os agricultores não tivessem resistido, três novas leis agrícolas aprovadas pelo parlamento em grande velocidade e quase sem debate em 2020 teriam revertido as políticas que garantem que os agricultores possam vender uma certa quantidade de seus produtos a um preço fixo e permitir que a agricultura entre em mercados dominados por empresas.

Em seus 14 anos como governante do estado de Gujarat, onde aperfeiçoou seu modelo de governança, Modi construiu um relacionamento próximo com os principais empresários de Gujarati, que financiaram sua campanha eleitoral nacional em 2014. Esses empresários amigáveis – especialmente os mais próximos a ele, Gautam Adani e Mukesh Ambani – foram generosamente recompensados, ajudados a adquirir terras a baixo custo e receberam licenças para construir tudo, de portos a universidades. Em março de 2022, a Global Hurun List of Wealth informou que Gautam Adani, que havia se tornado a segunda pessoa mais rica da Índia e da Ásia em 2020, acrescentou US\$ 49 bilhões à sua riqueza em 2021, mais do que o crescimento da riqueza dos três maiores bilionários do mundo juntos, Elon Musk, Jeff Bezos e Bernard Arnault, representando um aumento de 153% na riqueza em um ano em que a Índia foi devastada pela pandemia. No mesmo ano, a riqueza de Mukesh Ambani, que continua sendo a pessoa mais rica da Índia, aumentou em 24%. Na

década desde que Modi assumiu o cargo de primeiro-ministro, a riqueza de Ambani cresceu 400% e a de Adani, 1.830%. A riqueza deste último, no entanto, foi muito supervalorizada por meio de manipulação de ações e fraude contábil, revelou a Hindenburg Research em um relatório de janeiro de 2023. De forma mais ampla, o número de bilionários indianos cresceu na última década, assim como sua riqueza: o chefe da Hurun Global Wealth List observou que, nos últimos dez anos, os bilionários indianos aumentaram sua riqueza em cerca de US\$ 700 bilhões, o equivalente ao PIB da Suíça e duas vezes o dos Emirados Árabes Unidos.

Os ricos também se tornaram mais ricos graças a políticas como mudanças em favor de impostos indiretos (como o imposto sobre bens e serviços), redução das alíquotas de impostos corporativos e revogação do imposto sobre a fortuna para os super-ricos, o que contribui para o crescimento do déficit fiscal do país. Embora o capitalismo predatório viabilizado por Modi tenha gerado um grande número de deslocados, despossuídos e empobrecidos, os gastos da Índia com o bem-estar social continuam entre os mais baixos do mundo. Os gastos com saúde permanecem entre 1,2% e 1,6% do PIB e, na verdade, diminuíram em 2021, enquanto os gastos com educação foram em média 3% do PIB nas últimas duas décadas. Em 2022, a Oxfam informou que cerca de 46 milhões de indianos caíram na pobreza extrema durante a pandemia.

Uma autocracia eleitoral

Em seu relatório State of Democracy de 2021, o Instituto V-Dem da Suécia rebaixou a Índia para o nível de “autocracia eleitoral”. Essa qualificação ilustra o papel cada vez mais performativo dos rituais democráticos na Índia para demonstrar legitimidade, mesmo quando grande parte do processo de governança foi isenta de responsabilidade. Como a maioria das outras instituições públicas, a Comissão Eleitoral, historicamente respeitada por sua neutralidade, agora é cooptada politicamente. O bjp recebe uma enorme quantidade de fundos, mais do que todos os outros partidos juntos, arrecadados, entre outras formas, por meio de instrumentos financeiros obscuros chamados títulos eleitorais, que atraem grandes doações corporativas feitas anonimamente da Índia e do exterior. O partido está constantemente em período eleitoral, e os fundos são necessários tanto para manter sua formidável máquina eleitoral quanto para induzir os legisladores em exercício a mudar de lado.

A encenação da democracia também é algo que parece encantar o populista Modi. Como alguns deuses hindus, Modi é um homem de muitos avatares. Ao mesmo tempo um monarca (ele promulga políticas na forma de decretos e cria projetos monumentais para marcar seu reinado) e um homem do povo, ele constantemente se refere às suas origens humildes, ao contrário dos Gandhis do Partido do Congresso da oposição, que se beneficiam de privilégios dinásticos e de

casta. Modi usa roupas novas todos os dias e acessórios de grife, mas seus seguidores (ou adoradores, como seus críticos os chamam) o descrevem como um asceta. Suas decisões aparentemente mal concebidas e erráticas – como a caótica desvalorização de 87% da moeda indiana ou a imposição do confinamento nacional pela covid-19 da noite para o dia – foram aclamadas como “golpes de mestre” e prova da capacidade de tomar decisões difíceis que se espera de um líder forte. Seus projetos tecnocráticos – cidades inteligentes, trens-bala, uma Índia digital – mesmo que mal executados e incompletos, criam uma imagem de ação e modernização, enquanto seus discursos relacionam habilmente imagens e tropos nacionalistas hindus.

O assistencialismo de Modi compartilha essas características populistas. Em vez de investimentos de longo prazo em nutrição, saúde e educação, a assistência que ele oferece assume a forma de pequenas transferências de dinheiro para grupos-alvo e esquemas de distribuição limitada de banheiros, botijões de gás de cozinha, moradias e conexões de eletricidade e água, tendo as mulheres como beneficiárias especiais. Com a distribuição centralizada em vez de respostas locais às necessidades, a assistência é personalizada, com a foto de Modi em botijões de gás, caixas de alimentos e outdoors promovendo os programas.

A liderança populista de Modi é reforçada pela captura efetiva da esfera pública. Já em 2014, a mídia corporativa o favoreceu antes mesmo de ele ser eleito. Desde então, esses meios de comunicação têm sido mantidos sob controle com ameaças de retirada de sua publicidade oficial, que constitui uma grande parte de sua receita, ou de batidas por violações do imposto de renda. Enquanto isso, novos meios de comunicação pró-governo foram criados e seus capitalistas amigos compraram os poucos meios de comunicação independentes restantes. A mídia social desempenha outro papel importante, com um exército de milhares de trolls pagos que espalham propaganda do bjp e um número ainda maior de simpatizantes que espalham notícias falsas e memes cheios de ódio, enquanto trollam seus oponentes com as ameaças mais vis. Paralelamente ao controle e à construção do que é considerado notícia, há a manipulação, a supressão ou a não coleta de dados, juntamente com o enfraquecimento sistemático de universidades e institutos de pesquisa.

O Estado está em guerra com a sociedade civil. As organizações sem fins lucrativos têm sido ameaçadas com ações policiais ou com o cancelamento de suas licenças para receber financiamento estrangeiro. A Índia está entre os países que usam o software de vigilância Pegasus da empresa israelense nso: o grupo-alvo da Índia está entre os maiores e inclui líderes da oposição, jornalistas e diversos atores da sociedade civil. Dissidentes e aqueles que ousam revelar a realidade (manifestantes, líderes de partidos de oposição, fazendeiros, jornalistas, líderes estudantis) foram presos sob acusações forjadas e mantidos sem fiança sob a draconiana legislação antiterrorismo. Mesmo entre os adoradores de Modi, existe o medo do estado de vigilância e da anulação das salvaguardas legais e institucionais.

Resistência

Todas as medidas de Modi encontraram oposição, com contestações judiciais às leis de reorganização da Caxemira e de emenda da cidadania, títulos eleitorais, Pegasus etc. O jornalismo cobriu crimes, revelou fraudes e artigos críticos continuam a ser publicados em alguns dos jornais de língua inglesa. Os partidos de oposição ao bjp, que governam cerca de metade dos estados, protestaram vigorosamente contra as tendências cada vez mais centralizadoras do governo federal em relação a questões fiscais e à homogeneização cultural e linguística. Alguns juízes da Suprema Corte e de tribunais inferiores demonstraram independência ao contestar detenções arbitrárias e outras medidas inconstitucionais. Também houve mobilizações, especialmente durante o primeiro mandato de Modi, contra o aumento dos casos de violência contra minorias. Dois movimentos maciços, em uma escala sem precedentes desde o movimento nacionalista da década de 1940, são sinais particularmente esperançosos.

O primeiro começou em novembro de 2019, contra o caa, que torna os muçulmanos da Índia de fato cidadãos de segunda classe. Iniciado por estudantes da Universidade Jamia Millia Islamia, de Délhi, o movimento se espalhou por todo o país, com protestos e manifestações até mesmo em cidades pequenas. Muitos muçulmanos, antes apolíticos, juntaram-se a ele, bem como um número significativo de não muçulmanos. Uma manifestação histórica iniciada pelas mulheres de Shaheen Bagh, um bairro majoritariamente muçulmano no nordeste de Délhi, durou alguns meses até ser interrompida pelo confinamento ordenado em meio à pandemia em março de 2020, enquanto muitos dos ativistas anticaa foram presos sob a acusação de incitação à violência. Embora o movimento tenha sido dissolvido, o governo tem demorado a desenvolver regulamentações baseadas na Caa, um sinal da escala da oposição.

O segundo movimento foi em resposta às três leis agrícolas destinadas a corporativizar a agricultura. A partir de novembro de 2020, cerca de 250.000 agricultores de três estados do norte acamparam por um ano em três locais nas fronteiras de Delhi, com a única exigência de que as leis agrícolas fossem revogadas. A ação foi coordenada democraticamente por um comitê nacional e organizações de agricultores de todo o país enviaram contingentes. Durante o acampamento dos agricultores, que durou um ano, a resistência à corporativização da agricultura cresceu e passou a conectar questões como o trabalho e a agitação agrícola, o patriarcado e o trabalho feminino, a casta e a falta de terra, bem como o hindutva e o estado repressivo. Depois que todas as suas tentativas de repressão e cooptação fracassaram, Modi finalmente concordou em retirar as leis algumas semanas antes das eleições em Punjab e Uttar Pradesh.

Nesse contexto, os manifestantes e aqueles que se sentem visados pelas políticas do Hindutva (muçulmanos e cristãos, dalits, adivasis, mulheres, ambientalistas, liberais, jornalistas

tas, estudantes e acadêmicos, artistas) criaram alianças que vão muito além da esquerda. Na Índia, “a esquerda” – principalmente o Partido Comunista da Índia (cpi) e o Partido Comunista da Índia-Marxista (cpi-m) – já estava enfrentando críticas por não incluir questões de casta e identidade e por seu vínculo histórico com o desenvolvimento industrial. De 2014 em diante, novas alianças foram forjadas nos campi universitários: azul (movimentos de Dalit/oprimidos por castas), vermelho (comunista) e, às vezes, verde. Também houve alianças com sindicatos nacionais, movimentos sociais inspirados em Gandhi contra o deslocamento induzido pelo desenvolvimentismo, defendendo os direitos das comunidades dependentes de recursos naturais, e direitos civis e organizações democráticas, que têm sido uma parte vital do cenário democrático desde o estado de emergência de 1975-1977. Seus esforços são documentados e ampliados por um setor pequeno, mas influente, da mídia digital, a maioria com menos de uma década de existência, que continua a denunciar o poder, apesar dos processos judiciais e da vigilância e prisão de seus jornalistas.

Grande parte dessa resistência enfrenta forte repressão do governo. Uma questão crucial é como a resistência se traduzirá em termos eleitorais nas eleições federais, que provavelmente serão realizadas em maio de 2024. Um movimento promissor é a recém-formada Aliança Nacional para o Desenvolvimento Inclusivo da Índia (India), uma aliança que inclui todos os principais partidos de oposição, inclusive o Congresso Nacional Indiano, o principal adversário federal do bjp. Mas é uma “grande tenda”, em suas próprias palavras, e há muitas dúvidas sobre se ela se manterá unida e se já não é tarde demais para um desafio efetivo, já que o bjp nunca sai do modo eleitoral. As eleições recentemente concluídas em cinco estados, dos quais o BJP venceu três, confirmam ainda mais as dúvidas sobre a força da oposição.

Consequências globais

Ao pensar nas consequências globais do “momento Modi”, é preciso prestar atenção primeiramente à diáspora indiana no Ocidente. O World Hindu Council (Conselho Mundial Hindu), membro da família rss, vem trabalhando desde a década de 1960 para construir a comunidade hindu em todo o mundo. A combinação bem-sucedida de Modi entre sensibilidades pró-mercado e “cultura hindu” (ioga, trajes tradicionais e afins) representa um momento de consagração cultural para essa diáspora. Os cerca de quatro milhões de indianos já são o segundo maior grupo de imigrantes nos EUA. Uma boa parte dos mais bem-sucedidos deles vem de castas hindus privilegiadas e é um importante eleitorado para o Hindutva, fazendo contribuições para o BJP e para instituições de caridade que canalizam fundos para o RSS, e adotando

cada vez mais os símbolos e as práticas violentas das turbas hindus da Índia².

Mas outros membros da diáspora indiana estão reagindo ativamente. Campanhas lideradas por organizações Dalit conseguiram o reconhecimento dessa casta como um grupo protegido em universidades como a California State, UC Davis, Harvard, Brandeis e Brown, e em outros lugares como a cidade americana de Seattle, as cidades canadenses de Brampton e Burnaby e o Toronto District School Board. As organizações progressistas da diáspora, inclusive as que representam as minorias religiosas da Índia, estão trabalhando para desafiar o fluxo de fundos para o bjp/rss na Índia e para tentar influenciar os governos americano e canadense e a opinião pública a reconhecer a Índia pelo que ela é. Esses esforços, por sua vez, provocaram uma campanha das organizações Hindutva, que seguem a cartilha pró-Israel de usar o “antissemitismo” para desviar todas as críticas a Israel: dessa forma, elas tentam rotular as críticas ao Hindutva como hindufobia. E assim a luta continua.

Eventos recentes trouxeram à tona para grande parte da esquerda americana o que algumas dessas batalhas implicam. Em setembro de 2023, o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau subiu ao Parlamento para fazer o anúncio alarmante de que a Índia estava por trás do assassinato de um ativista separatista sikh no Canadá em junho daquele ano. E, em novembro, a inteligência dos EUA informou que havia alertado um ativista separatista sikh baseado nos EUA sobre uma ameaça semelhante à sua vida, levantando preocupações de que o estado indiano está pronto para estender sua repressão para além de suas fronteiras.

A direita indiana é um ator importante no crescimento de uma extrema-direita global, não necessariamente em um sentido organizacional ou conspiratório, mas na mudança do discurso público nessa direção, minando os valores democráticos liberais, deslegitimando qualquer mobilização pela igualdade, normalizando notícias falsas e perspectivas anticientíficas e alinhando-se com supremacistas brancos e apoiadores de Israel. Notícias falsas e imagens geradas pelo universo Hindutva têm sido uma parte importante da desinformação na mídia social em torno do genocídio em Gaza. Também houve relatos de que Israel pediu à Índia que enviasse até 100.000 trabalhadores para substituir os trabalhadores palestinos.

A esquerda na Índia e sua diáspora estão reagindo. Uma petição dirigida às autoridades dos EUA, e já assinada por cerca de 3.000 indiano-americanos, pede um cessar-fogo em Gaza. Ela também destaca as fontes de desinformação da direita indiana que ajudam a justificar o ataque a Gaza. E os principais sindicatos indianos, exceto o Sindicato dos Trabalhadores Indianos (Bharatiya Mazdoor Sangh, bms), afiliado ao bjp, emitiram uma declaração anunciando que resistirão a qual-

2 Max Daly, Sahar Habib Ghazi e Pallavi Pundir: “How Far-Right Hindu Supremacy Went Global” [Como a supremacia hindu de extrema direita se tornou global] em *Vice*, 26/10/2022.

quer acordo trabalhista entre a Índia e Israel, caso seja implementado³. Mas, para reverter o fascismo que é a Índia de Modi, será necessária uma resposta internacional muito mais forte e coordenada do que as forças progressistas globais têm demonstrado até agora.

3 “Indian Trade Unions Stand with Palestine, Reject ‘Export Deal’ to Replace Palestinian Workers in Israel” en People’s Dispatch, 16/11/2023.



A extrema direita também é um problema crescente em todo o Sul Global

Soufan Center

O recente ataque de ultradireita na Turquia demonstra um movimento global

Adornado com símbolos neonazistas e equipamento tático à prova de balas, um agressor mascarado esfaqueou pelo menos cinco pessoas em um café ao ar livre perto de uma mesquita em Eskisehir, Turquia, em meados de agosto. Cinco vítimas foram hospitalizadas e duas ficaram em estado grave após o ataque, de acordo com a agência de notícias estatal Agência Anadolu. O suspeito de 18 anos transmitiu ao vivo o ataque com faca nas mídias sociais, com imagens mostrando-o correndo pela área e esfaqueando pessoas aleatoriamente antes de ser preso pela polícia. Uma fotografia publicada pela agência de notícias Oksijen, sediada em Istambul, parece mostrar as armas e o equipamento de proteção do agressor, incluindo um machado, uma faca enfeitada com suásticas e outros símbolos nazistas, uma máscara com uma caveira ligada aos neonazistas e um colete com a insígnia neonazista do “sol negro”.

Como em outros ataques chamados de “lobo solitário”, versões arquivadas de uma conta do Kick, uma plataforma de jogos e transmissão ao vivo, foram compartilhadas via Telegram, indicando que o ataque provavelmente foi originalmente transmitido ao vivo por lá. Alguns meios de comunicação turcos afirmaram que o ataque foi transmitido via X, e os vídeos do ataque circularam rapidamente no X e no Telegram após o ocorrido. Um documento de 17 páginas em turco, supostamente o “manifesto” do criminoso, foi compartilhado pelo adolescente em um bate-papo do Telegram, e outro usuário do Telegram compartilhou novamente os links para o manifesto e uma publicação do suspeito com o horário planejado do ataque.

O manifesto do suspeito parece encapsular a “salada de ideologias”, com o documento incluindo várias referências claras à ideologia militante aceleracionista, ao neonazismo e a grupos extremistas de extrema direita, como a Divisão Atomwaffen. O documento também presta homenagem a vários ataques terroristas e de extrema direita, incluindo o atentado de Oklahoma City em 1995, o tiroteio em massa em Utöya, Noruega, em 2011, e o ataque de Christchurch na Nova Zelândia em 2019, entre outros. Além das referências a ataques terroristas de extrema direita, o documento também parece apoiar atos indiscriminados de violência de forma mais ampla, incluindo o apoio a assassinatos em massa em geral e a aniquilação da raça humana por meio do “apocalipse nuclear”. Fazendo referência direta ao aceleracionismo, o agressor afirma que suas ações e as de outros terroristas acelerarão o colapso da sociedade e incentiva outras pessoas a sabotar estações de transformadores elétricos ou torres de transmissão elétrica. Essa linguagem se encaixa diretamente no movimento mais amplo, já que os extremistas violentos de extrema direita têm visado cada vez mais a infraestrutura essencial no Ocidente.

O manifesto não só demonstra claramente a confluência de várias ideologias da extrema direita, como o aceleracionismo, o neonazismo e a supremacia branca, mas também mostra como os chamados “atores solitários” – embora possam cometer seus crimes sozinhos – muitas vezes estão imersos e são influenciados pelo ecossistema radical mais amplo e pelo meio extremista de extrema direita. As referências e homenagens diretas a outros terroristas de extrema direita e seus crimes destacam como esses atores aprendem com ataques anteriores e procuram imitá-los – como a transmissão ao vivo de um ataque em andamento, como Brenton Tarrant fez nos ataques de Christchurch – e que esses perpetradores fazem parte do movimento extremista de extrema direita mais amplo, independentemente de pertencerem ou não formalmente a um grupo ou de terem cúmplices.

Além disso, o ataque e o manifesto do perpetrador também destacam o papel das plataformas on-line na disseminação ou na criação de plataformas de propaganda extremista, bem como o nexo entre jogos e terrorismo. O fato de que o ataque parece ter sido transmitido ao vivo originalmente por meio de uma conta do Kick, que é uma plataforma social e de jogos, juntamente com as referências a jogos no manifesto, demonstra essa dinâmica. O manifesto descreve os “níveis de dificuldade” com relação a atos de violência em massa e inclui uma lista de alvos para os perpetradores onde grandes multidões se reúnem. Diferentes conjuntos de alvos foram rotulados como “fáceis”, “intermediários” e “difíceis” com base no nível potencial de segurança e oposição que um ataque poderia encontrar em um espaço como esse. O manifesto também atribui “pontos” a diferentes tipos de equipamentos que poderiam ser usados por possíveis atacantes, bem como ao tipo e ao número de vítimas e feridos. Essas referências não apenas fundem a linguagem e os tropos comuns dos jogos com atividades extremistas e terroristas, mas também buscam integrar essas ações a indivíduos suscetíveis na comunidade de jogos mais ampla.

Em vez de ser um fenômeno novo, a influência da ideologia de extrema direita na Turquia está presente há vários anos e, recentemente, tem aumentado. Um grupo nacionalista turco de extrema direita, conhecido como Ataman Brotherhood, é conhecido por cometer crimes de ódio e violência contra migrantes e refugiados. Em 2021, o grupo teria compartilhado um vídeo nas mídias sociais mostrando um dos membros espancando um refugiado afegão para “homenagear” uma menina de 17 anos que morreu após ser atacada por um homem afegão. No vídeo, o grupo alegou estar patrulhando as ruas e que continuaria seus ataques a todos os refugiados. Esse não foi um incidente isolado, já que o grupo cometeu outros crimes de ódio contra refugiados, inclusive sírios. O grupo também publicou nas mídias sociais uma “pirâmide de ataque” em que lista os grupos que gostaria de atacar e em que ordem, incluindo um “primeiro nível” de árabes, curdos, afegãos e paquistaneses, um “segundo nível” de judeus, negros e iranianos e um “terceiro nível” de armênios, gregos e

outros. Em junho, houve um tumulto em massa depois que circularam alegações de que um homem sírio havia assediado sexualmente uma parente de 7 anos de idade. Os tumultos eclodiram em Kayseri, na região central da Turquia, e rapidamente se espalharam pelo país. Os manifestantes atacaram empresas e propriedades de propriedade de sírios, inflamados ainda mais pela retórica de extrema direita nas mídias sociais. Slogans como “noite da limpeza” e “saia ou morra”.

O Grey Wolves, uma organização ultranacionalista de extrema direita, também demonstra a manifestação da ideologia na Turquia e na diáspora. As autoridades alemãs caracterizam o grupo como antissemita e racista, com visões hostis em relação a curdos, armênios, judeus e cristãos. A organização existe em toda a Europa, e os Lobos Cinzentos têm entrado em conflito repetidamente com outros grupos, especialmente os curdos. Embora algumas pessoas que se associam ao grupo afirmem que ele apenas promove o orgulho nacional turco e o governo tenha negado as acusações de que o grupo é racista, os membros do grupo têm se tornado cada vez mais violentos. Os Lobos Cinzentos não organizados exibem armas para comunicar força, superioridade e disposição para lutar. A França proibiu uma ramificação do grupo em 2020, e a Áustria proibiu símbolos do grupo em 2019.

Além da Turquia, o extremismo e as narrativas de extrema direita podem ser vistos em lugares como a Tunísia, o Brasil, a África do Sul e a Índia. O presidente da Tunísia, Kais Saied, alegou que a migração irregular de outras partes da África fazia parte de uma conspiração criminosa internacional para mudar a composição demográfica da Tunísia, ecoando a teoria da conspiração da “Grande Substituição” da supremacia branca. Manifestantes de extrema direita no Brasil invadiram prédios e instituições do governo em 2023 em resposta à derrota eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, em um paralelo assustador com a insurreição de 6 de janeiro no Capitólio dos EUA. Na África do Sul, as narrativas supremacistas brancas e as teorias da conspiração – decorrentes da história do apartheid e do domínio das minorias no país – têm sido usadas para recrutar membros para grupos de extrema direita e alimentar as ansiedades dos brancos com relação à violência racial. As tensões étnicas na Índia, como a violência em Manipur, destacaram o papel do nacionalismo hindu, que, segundo os críticos, tem como alvo grupos minoritários, especialmente muçulmanos, e levou à discriminação institucionalizada, tensões políticas e violência. Esses exemplos destacam como o extremismo de extrema direita – muitas vezes contextualizado localmente em narrativas e propaganda – está se proliferando no Sul Global, e as conexões com o movimento mais amplo ressaltam ainda mais a natureza crescente da ameaça.



A surpreendente psicologia por trás do negacionismo climático

StudyFinds

Na luta contra a negação climática, os cientistas descobriram um inimigo inesperado: nossos próprios viesés cognitivos. Um novo estudo revela como nossas mentes podem ser facilmente enganadas pelo simples ato da repetição.

Imagine rolar seu feed de redes sociais e encontrar uma afirmação cética sobre o clima que contradiz tudo o que você sabe sobre o aquecimento global. Você a descarta, confiante em sua compreensão da ciência. Mas e se você visse essa mesma afirmação novamente mais tarde? De acordo com essa nova pesquisa, você pode se encontrar inconscientemente considerando-a mais credível, apesar de sua forte posição a favor do clima.

Esse fenômeno, conhecido como “efeito da verdade ilusória”, foi demonstrado em diversos domínios. No entanto, este estudo, liderado por Mary Jiang da Universidade Nacional da Austrália, junto com colegas da Universidade da Califórnia do Sul, examinou especificamente seu impacto nas crenças sobre as mudanças climáticas.

A equipe de pesquisa conduziu dois experimentos, envolvendo 52 participantes na primeira rodada e 120 na segunda. A vasta maioria desses participantes – cerca de 90% – era composta por crentes e apoiadores da ciência climática. Eles variavam de pessoas que estavam apenas “preocupadas” com as mudanças climáticas a aquelas classificadas como “alarmadas”, representando o nível mais alto de engajamento e preocupação com o assunto.

Os participantes foram apresentados a uma mistura de declarações: algumas alinhadas com a ciência climática, outras refletindo pontos de vista céticos e algumas sem relação com o clima. Após uma breve pausa, eles encontraram um novo conjunto de declarações, metade das quais foi repetida da primeira rodada. A tarefa? Avaliar a veracidade de cada afirmação em uma escala de seis pontos.

Os resultados, publicados na revista PLOS ONE, foram surpreendentes. Independentemente da força de suas convicções sobre a ciência climática, os participantes classificaram todas as afirmações repetidas como mais verdadeiras – até mesmo aquelas que contradiziam diretamente suas crenças. Esse efeito persistiu entre o grupo “alarmado”, que tinha as opiniões mais fortes a favor da ciência climática.

“Pode ser necessário apenas uma única repetição para fazer alguém sentir que uma afirmação é verdadeira”, explica Norbert Schwarz, coautor do estudo e professor de psicologia na USC, em um comunicado da universidade. “Isso é certamente preocupante, especialmente quando se considera quantas pessoas estão expostas a afirmações verdadeiras e falsas e que as espalham ou são persuadidas por elas a tomar decisões que podem afetar o planeta.”

Essa vulnerabilidade à repetição levanta preocupações sobre como as informações climáticas são comunicadas, especialmente em ambientes de mídia que buscam uma cobertura “balanceada”. Cada repetição de uma afirmação cética, mesmo que apresentada ao lado de informações factuais, pode aumentar incrementalmente sua veracidade percebida.

No entanto, o estudo também destaca um potencial lado positivo. O poder da repetição funciona em ambas as direções – afirmações precisas e baseadas em ciência também se tornam mais

críveis com a exposição repetida. Isso sugere que repetir consistentemente informações verdadeiras sobre mudanças climáticas poderia ajudar a reforçar a compreensão e aceitação públicas da ciência climática.

“As pessoas acham as afirmações de céticos do clima mais credíveis quando foram repetidas apenas uma vez”, diz Jiang. “Surpreendentemente, esse aumento na crença como resultado da repetição ocorre mesmo quando as pessoas se identificam como fortes apoiadoras da ciência climática.”

À luz dessas descobertas, os pesquisadores afirmam que a responsabilidade recai tanto sobre os consumidores quanto sobre os produtores de informação para combater a disseminação de desinformação climática. A conscientização sobre nossos vieses cognitivos é o primeiro passo para construir um discurso público mais resiliente e orientado pela verdade.



O decolonialismo da extrema direita

Miri Davidson

As ideias da Quarta Teoria Política e da Grande Substituição pavimentam posições racistas na Europa

A extrema direita quer descolonizar. Na França, os intelectuais de extrema direita rotineiramente apresentam a Europa como vítima indígena de uma “colonização de imigrantes” orquestrada pelas elites globalistas. Renaud Camus, teórico da Grande Substituição, elogiou o cânone anticolonial – “todos os principais textos da luta contra a descolonização se aplicam admiravelmente à França, especialmente os de Frantz Fanon” – e afirmou que a Europa nativa precisa de sua própria FLN. Um estilo semelhante de raciocínio é evidente entre os supremacistas hindus, que empregam as ideias dos teóricos decoloniais latino-americanos para apresentar o etnonacionalismo como uma forma de crítica indígena radical; o advogado e escritor Sai Deepak fez isso com tanto sucesso que conseguiu persuadir o teórico decolonial Walter Dignolo a escrever um endosso. Enquanto isso, na Rússia, Putin proclama o papel de liderança da Rússia em um “movimento anticolonial contra a hegemonia unipolar”, com seu ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, prometendo ser “solidário com as demandas africanas para completar o processo de descolonização”.

O fenômeno vai além dos tipos de reversão comuns ao discurso reacionário. Uma perspectiva descolonial é defendida pelos dois principais intelectuais da Nova Direita Europeia: Alain de Benoist e Alexander Dugin. No caso de Benoist, isso envolveu um grande afastamento de suas lealdades colonialistas anteriores. Ao adquirir consciência política durante a Guerra da Argélia, ele encontrou sua vocação entre as organizações de jovens nacionalistas brancos que buscavam evitar o colapso do império francês. Ele elogiou a OEA por sua bravura e dedicou os dois primeiros livros à implementação do nacionalismo branco na África do Sul e na Rodésia, descrevendo a África do Sul sob o apartheid como “o último reduto do Ocidente de onde viemos”. No entanto, na década de 1980, de Benoist havia mudado de rumo. Tendo adotado um imaginário pagão e abandonado as referências explícitas ao nacionalismo branco, ele começou a orientar seu pensamento em torno da defesa da diversidade cultural.

Contra o ataque do multiculturalismo liberal e do consumismo de massa, de Benoist agora argumentava que a Nouvelle Droite deveria lutar para defender o “direito à diferença”. A partir daí, foi uma curta distância até a reivindicação de um parentesco tardio com a situação das nações do Terceiro Mundo. “Empreendida sob a égide de missionários, exércitos e comerciantes, a ocidentalização do planeta representou um movimento imperialista alimentado pelo desejo de apagar toda a alteridade”, escreveu ele com Charles Champetier em seu Manifesto para um Renascimento Europeu (2012). Os autores insistiram que a Nouvelle Droite “defende igualmente grupos étnicos,

idiomas e culturas regionais sob a ameaça de extinção” e “apoiar os povos que lutam contra o imperialismo ocidental”. Hoje em dia, a preservação da diferença antropológica e um senso de fragilidade indígena são tropos comuns na extrema direita europeia. “Nós nos recusamos a nos tornar os índios da Europa”, proclama o manifesto do grupo de jovens neofascistas *Génération Identitaire*.

Dugin, um colaborador próximo de Benoist, integrou ainda mais profundamente esse espírito descolonial em sua visão de mundo. Seu sistema de pensamento – que ele chama de neoeurasianismo ou Quarta Teoria Política – é sustentado por uma crítica ao eurocentrismo derivada de antropólogos como Lévi-Strauss. Ele afirma que a Rússia tem muito em comum com o mundo pós-colonial: ela também é vítima do impulso de assimilação inerente ao liberalismo ocidental, que força um mundo de diversidade ontológica a se transformar em uma massa plana, homogênea e desparticularizada (podemos pensar na “*Matéria Humana Indiferenciada*” de Renaud Camus ou no que Marine le Pen chamou de “o mingau sem sabor” do globalismo). Contra essa agenda universalizante, afirma Dugin, vivemos em um “pluriverso” de civilizações distintas, cada uma se movendo de acordo com seu próprio ritmo. “Não existe um processo histórico unificado. Cada povo tem seu próprio modelo histórico que se move em um ritmo diferente e, às vezes, em direções diferentes.” É difícil não notar os paralelos com a escola decolonial de Mignolo e Anibal Quijano. Cada civilização floresce a partir de uma estrutura epistemológica única, mas essa efloração foi prejudicada pela “episteme unitária da modernidade” (palavras de Dugin, mas poderiam ser de Mignolo).

Modernização, ocidentalização e colonização são “uma série sinônima”: cada uma delas envolve a imposição de um modelo de desenvolvimento exógeno a civilizações plurais. Não se considera o fato de que as identidades etnonacionais defendidas por Dugin são artefatos da produção colonial da diferença – os regimes raciais por meio dos quais se diferencia, categoriza e organiza a exploração e a extração. Tampouco é considerado o caráter essencialmente moderno de muitos movimentos anticoloniais, que não buscavam retornar a uma cultura tradicional, mas sim refazer o sistema mundial. Como disse Fanon, a descolonização não poderia renunciar “ao presente e ao futuro em favor de um passado místico” nem se basear em “litanias estereis e mimetismo nauseante” de uma Europa degradada que, na época em que ele escrevia, estava “oscilando entre a desintegração atômica e a espiritual”.

Dugin e de Benoist não se intimidam com essas contradições. “A Quarta Teoria Política tornou-se um slogan para a descolonização da consciência política”, afirma Dugin, cuja primeira expressão prática é a invasão da Ucrânia pela Rússia. Isso é entendido como uma luta há muito esperada na reunificação da Eurásia, uma antiga civilização pan-eslava desmembrada pelos desígnios ocidentais, mas também como o primeiro estágio do que ele chama de Grande Despertar, uma batalha milenar para derrubar a ordem mundial liberal e dar início a um mundo multipolar. Dugin

prevê uma coalizão de movimentos em todo o mundo participando dessa batalha: “Os manifestantes americanos serão uma ala e os populistas europeus serão a outra ala. A Rússia em geral será a terceira; será uma entidade angelical com muitas asas – uma asa chinesa, uma asa islâmica, uma asa paquistanesa, uma asa xiita, uma asa africana e uma asa latino-americana”. Mas a guerra na Ucrânia não é uma guerra imperial, ou uma guerra de “imperialismos concorrentes”, como disse Liz Fekete? Dugin concordaria. A invasão da Ucrânia pela Rússia é um passo fundamental em seu “renascimento imperial”.

Como é possível falar a linguagem do renascimento imperial e da descolonização ao mesmo tempo? Nesse ponto, Dugin e de Benoist utilizam seus principais recursos de Carl Schmitt. Em seus escritos sobre geopolítica, Schmitt identifica no “poder marítimo” dos impérios marítimos anglo-americanos um tipo particular de dominação imperial – dispersa, desterritorializada, flutuante, financeira e líquida. O poder marítimo gera um império disperso que carece de coerência territorial e gera uma estrutura espacial-jurídica que interpreta a superfície da terra como uma mera série de rotas de tráfego. Esse imperialismo também gera sua própria epistemologia: “A maneira jurídica de pensar que pertence a um império mundial geograficamente incoerente espalhado pela terra tende, por sua própria natureza, a uma argumentação universalista”, escreve Schmitt. Sob o pretexto de universais abstratos, como os direitos humanos, esse império “interfere em tudo”. É “uma ideologia pan-intervencionista”, escreve ele, “tudo sob o disfarce do humanitarismo”.

Contra o imperium desterritorializado, Schmitt se opõe ao que ele considera ser um imperialismo legítimo e territorial. Isso se baseia em seus conceitos de *Grossraum* e *Reich*: um *Grossraum* pode ser entendido como um bloco civilizacional, enquanto o *Reich* é seu centro espiritual, logístico e moral. Como escreve Schmitt, “todo *Reich* tem um *Grossraum* para o qual sua ideia política se irradia e que não deve ser confrontado com intervenções estrangeiras”. Se o imperium corresponde a uma “concepção científica vazia, neutra, matemática e natural do espaço”, o *Grossraum* envolve uma concepção “concreta” inseparável do povo específico que o ocupa. Essa noção territorial de espaço, escreve Schmitt, “é incompreensível para o espírito do judeu”. Como de Benoist proclama: “A distinção fundamental entre a terra e o mar, os poderes terrestres e marítimos, que definem a distinção entre política e comércio, sólido e líquido, área e rede, fronteira e rio, se tornará mais importante novamente. A Europa deve deixar de ser dependente do poder marítimo dos EUA e ser solidária com a lógica continental da terra.” A terra está sendo colonizada pela água, as regiões centrais pelas cidades portuárias, a autoridade soberana pelos fluxos de capital transnacional.

Com essa oposição entre o imperium e o *Grossraum*, o pensamento de Schmitt proporciona um realinhamento impressionante: a construção de impérios territoriais torna-se compatível com um certo sentimento anticolonial. Nos escritos recentes de Dugin e de Benoist, a “colonização” é

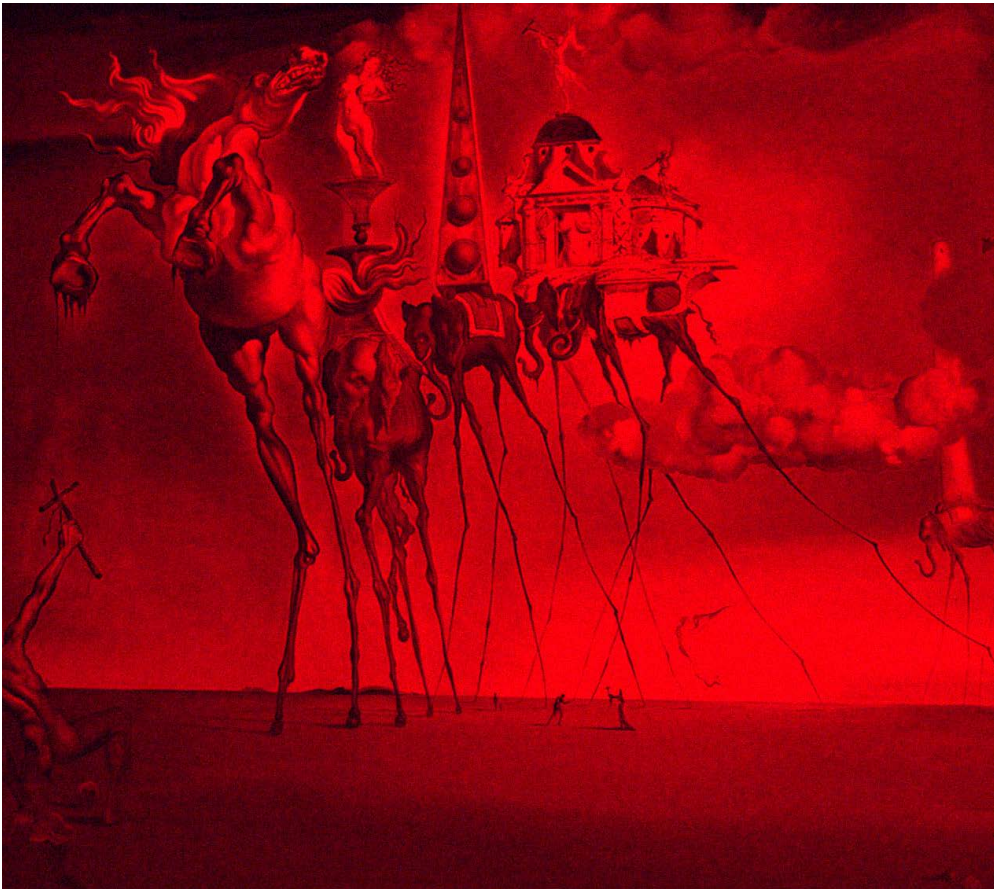
um caso desterritorial desprezado, enquanto o “imperialismo” é reservado para uma forma mais nobre e territorial de expansão. Assim, o colonialismo passa a significar menos um fenômeno de dominação política ou militar do que “um estado de escravidão intelectual”, nas palavras de Dugin, menos uma questão de anexação territorial do que uma forma de sujeição a “formas coloniais de pensar”. É a “soberania” das mentes, palavras e categorias que é violada. O colonialismo domina o mundo eliminando as identidades: não mais mulheres, apenas o gênero X (para usar a terminologia de Giorgia Meloni). Ele é “etnocida” em sua essência; o apagamento cultural e a substituição demográfica são suas principais ferramentas. “As colonizações militares, administrativas, políticas e imperialistas são certamente dolorosas para os colonizados”, diz-nos Renaud Camus, “mas não são nada comparadas às colonizações demográficas, que tocam o próprio ser dos territórios conquistados, transformando suas almas e corpos”.

Com o significado de colonização transformado para se referir à mudança dos padrões de migração (forjados por nada além da estrutura colonial da economia global), à mudança das normas de gênero e à homogeneização da cultura liberal, a extrema direita pode se apresentar como defensora da soberania popular e da autodeterminação dos povos. Eles também podem encenar uma luta imaginária contra os estragos do capital transnacional. Descolonizar, para esses pensadores, é separar um tipo de capitalismo de outro, um procedimento bem estabelecido no pensamento da extrema direita. Um capitalismo financeiro globalista, sem raízes, parasitário (imaginado agora como colonial) é separado de um capitalismo racial, nacional e industrial (imaginado como autodeterminante ou até mesmo descolonial). Não é preciso dizer que essa separação é ilusória: os sistemas globais de acumulação de capital, com seus processos entrelaçados de especulação imaterial e extração terrestre, não podem ser dissociados dessa forma. Mas separar o inseparável não parece ser um problema para o pensamento reacionário. De fato, pode ser crucial para ele. Pois, uma vez que uma antinomia imaginária tenha sido construída, é possível rejeitar o lado odiado dela e, dessa forma, parecer ter domínio sobre o próprio interior dilacerado.

Surrealismo como um movimento revolucionário

Michael Löwy

O surrealismo tem sido um movimento internacional desde seu início. No entanto, aqui Michael Löwy se concentra principalmente no grupo surrealista de Paris, inicialmente em torno de André Breton, mas que continuou sua atividade após a morte do autor dos Manifestos Surrealistas



A aspiração revolucionária estava na própria origem do Surrealismo e assumiu uma forma libertária pela primeira vez no Primeiro Manifesto do Surrealismo (1924) de André Breton: “Somente a palavra liberdade é tudo o que ainda me exalta”. Em 1925, o desejo de romper com a civilização burguesa ocidental levou Breton a se aproximar das ideias da Revolução de Outubro, como evidenciado por sua resenha de Lênin, de Leon Trotsky. Embora tenha se filiado ao Partido Comunista Francês em 1927, ele manteve, como explicou no panfleto *Au grand jour*, seu “direito de criticar”.

Foi o Segundo Manifesto do Surrealismo (1930) que tirou todas as consequências desse ato, ao afirmar “totalmente, sem reservas, nossa adesão ao princípio do materialismo histórico”. Ao mesmo tempo em que afirmava a distinção, até mesmo a oposição, entre o “materialismo primário” e o “materialismo moderno” defendido por Friedrich Engels, André Breton insistia no fato de que “o surrealismo se considera indissolúvelmente ligado, como resultado das afinidades que eu aponte, à abordagem do pensamento marxista e somente a essa abordagem”.

Um marxismo maravilhoso

Não é preciso dizer que seu marxismo não coincidia com a vulgata oficial do Comintern. Talvez se possa defini-lo como um “marxismo gótico”, ou seja, um materialismo histórico sensível ao maravilhoso, ao momento sombrio da revolta, à iluminação que rasga, como um flash, o horizonte da ação revolucionária.

Em todo caso, ele pertence, como o de José Carlos Mariategui, Walter Benjamin, Ernst Bloch e Herbert Marcuse, a uma corrente subterrânea que atravessa o século XX: o marxismo romântico. Ou seja, uma forma de pensamento que é fascinada por certas formas culturais pré-capitalistas e que rejeita a racionalidade fria e abstrata da civilização industrial moderna – mas que transforma essa nostalgia do passado em uma força na luta pela transformação revolucionária do presente. Se todos os marxistas românticos se rebelam contra o desencantamento capitalista do mundo – um resultado lógico e necessário da quantificação, mercantilização e reificação das relações sociais – é em André Breton e no Surrealismo que a tentativa romântica/revolucionária de reencantar o mundo por meio da imaginação alcança sua expressão mais marcante.

O marxismo de Breton também se distinguia da tendência racionalista/cientista, cartesiana/positivista, fortemente influenciada pelo materialismo francês do século XVIII – que dominava a doutrina oficial do comunismo francês – por sua insistência na herança dialética hegeliana do marxismo. Em sua palestra em Praga (março de 1935) sobre “a situação surrealista do objeto”, ele insistiu na importância capital do filósofo alemão para o surrealismo: “Hegel, em sua *Estética*, abordou todos os problemas que atualmente podem ser considerados, no nível da poesia e da arte, como os

mais difíceis e que, com lucidez inigualável, ele resolveu a maioria deles [...]. Alguns meses depois, em seu famoso discurso no Congresso de Escritores para a Defesa da Cultura (junho de 1935), ele voltou ao ataque e não teve medo de proclamar, contra a corrente de um certo chauvinismo antialemão: “É sobretudo na filosofia da língua alemã que descobrimos o único antídoto eficaz contra o racionalismo positivista que continua a causar estragos aqui. Esse antídoto não é outro senão o materialismo dialético como uma teoria geral do conhecimento.”

Breton e Trotsky

O resto da história é bem conhecido: cada vez mais próximos das posições de Trotsky e da Oposição de Esquerda, a maioria dos surrealistas (sem Louis Aragon!) romperia definitivamente com o stalinismo em 1935. Isso não foi, de forma alguma, um rompimento com o marxismo, que continuou a inspirar suas análises, mas com o oportunismo de Stálin e seus acólitos que “infelizmente tenderam a aniquilar esses dois componentes essenciais do espírito revolucionário”, que são: a recusa espontânea das condições de vida propostas aos seres humanos e a necessidade urgente de mudá-las.

Em 1938, Breton visitou Trotsky no México. Juntos, eles escreveriam um dos documentos mais importantes da cultura revolucionária no século XX: o apelo “Por uma arte revolucionária independente”, que contém a seguinte passagem famosa “Para a criação cultural [a revolução] deve, desde o início, estabelecer e garantir um regime anarquista de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma restrição, nem o menor traço de comando! [...] Os marxistas podem andar aqui de mãos dadas com os anarquistas”. Como sabemos, essa passagem é da própria pena de Trotsky, mas também podemos supor que seja o produto de suas longas conversas nas margens do Lago Patzcuaro.

Foi no período pós-guerra que a simpatia de Breton pela anarquia se tornou mais claramente aparente. Em *Arcane 17* (1947), ele relembrou a emoção que sentiu quando, quando criança, descobriu um túmulo em um cemitério com esta simples inscrição: “nem Deus nem Mestre”. Ele expressou uma reflexão geral sobre esse assunto: “acima da arte, acima da poesia, quer queiramos ou não, também tremula uma bandeira alternadamente vermelha e preta” – duas cores entre as quais ele se recusava a escolher.

De outubro de 1951 a janeiro de 1953, os surrealistas colaboraram regularmente, com artigos e notas, com o jornal *Le Libertaire*, órgão da Federação Anarquista Francesa. Seu principal correspondente na Federação naquela época era o comunista libertário Georges Fontenis. Foi nessa ocasião que André Breton escreveria o extravagante texto intitulado “La claire tour” (1952), que relembra as origens libertárias do surrealismo: “Onde o surrealismo se reconheceu pela primeira

vez, bem antes de se definir, e quando ainda era apenas uma associação livre entre indivíduos que rejeitavam espontaneamente e em bloco as restrições sociais e morais de seu tempo, foi no espelho negro do anarquismo”. Apesar da ruptura ocorrida em 1953, Breton não cortou os laços com os libertários, continuando a colaborar em algumas de suas iniciativas.

Revolucionários irredutíveis

Esse interesse e simpatia ativa pelo socialismo libertário não levou, entretanto, os surrealistas a negar sua adesão à Revolução de Outubro e às ideias de Leon Trotsky. Em um discurso em 19 de novembro de 1957, André Breton persistiu e assinou: “Contra todas as probabilidades, eu sou um daqueles que ainda encontram, na memória da Revolução de Outubro, uma boa parte daquele impulso incondicional que me levou a ela quando eu era jovem e que implicava a doação total de si mesmo.” Saudando o olhar de Trotsky, como ele aparece, com o uniforme do Exército Vermelho, em uma antiga fotografia de 1917, ele proclamou: “Esse olhar e a luz que surge nele, nada conseguirá extingui-lo, assim como o Thermidor não conseguiu alterar as feições de Saint-Just.” Finalmente, em 1962, em um tributo a Natalia Sedova, que acabara de morrer, ele pediu que chegasse o dia em que finalmente “não apenas fosse feita justiça total a Trotsky, mas também que as ideias pelas quais ele deu sua vida fossem chamadas a assumir todo o seu vigor e alcance.”

O surrealismo talvez seja esse ponto de fuga ideal, esse lugar supremo da mente onde a trajetória libertária e a do marxismo revolucionário se encontram. Mas não devemos nos esquecer de que o surrealismo contém o que Ernst Bloch chamou de “um excedente utópico”, um excedente de luz negra que escapa aos limites de qualquer movimento social ou político, por mais revolucionário que seja. Essa luz emana do núcleo inquebrantável da noite do espírito surrealista, de sua busca obstinada pelo ouro do tempo, de seu mergulho desesperado nos abismos dos sonhos e do maravilhoso.

Depois de Breton

Em 1969, algumas das principais figuras do surrealismo parisiense, como Jean Schuster, Gérard Legrand e José Pierre, decidiram que, devido à morte de André Breton em 1966, era preferível dissolver o Grupo Surrealista. Essa conclusão, no entanto, foi rejeitada por muitos outros surrealistas, que decidiram continuar a aventura. Infelizmente, a maioria dos relatos acadêmicos ou populares sobre o Surrealismo considera como certo que o grupo “se dissolveu” em 1969. Para a maioria dos historiadores da arte, o Surrealismo nada mais foi do que uma das muitas “vanguardas artísticas”, como o Cubismo ou o Futurismo, que teve uma vida muito curta.

Vincent Bounoure (1928-1996) foi quem deu o impulso para o novo período de atividade surrealista e continuou sendo uma figura inspiradora até seu último dia. Poeta talentoso e ensaísta brilhante, ele era, como sua companheira Micheline, fascinado pela arte oceânica da Nova Guiné, sobre a qual escreveu vários ensaios.

A outra figura proeminente do grupo depois de 1969 foi Michel Zimbacca (1924-2021), poeta, pintor, cineasta e personagem cativante. Seu documentário sobre as “artes selvagens”, *L'invention du monde* (1952), é considerado uma das poucas pinturas verdadeiramente surrealistas; Benjamin Péret escreveu o texto mito-poético que comenta as imagens. O grupo surrealista também se reunia com frequência no apartamento que ele dividia com sua parceira Anny Bonnin, cujas paredes eram decoradas com pinturas maravilhosas dele e de outros surrealistas, além de um conjunto notável de penas indígenas da Amazônia. Bounoure e Zimbacca foram o elo vivo entre o movimento surrealista pós-1969 e o grupo fundado por André Breton em 1924.

O Boletim de Ligação Surrealista

Nos anos 1970-1976, os surrealistas parisienses que se recusaram a desistir se reagruparam – em estreita relação com seus amigos em Praga – em torno de um modesto periódico, o *Bulletin de liaison surréaliste* (BLS). O *Bulletin* inclui um debate sobre “Surrealismo e revolução” com Herbert Marcuse. Entre muitas outras joias, um artigo do antropólogo Renaud em apoio aos indígenas americanos reunidos em Standing Rock em julho de 1974. Na última edição do BLS, o artigo foi publicado em uma revista de referência. Iniciado pelos surrealistas, o apelo foi publicado por Maurice Nadeau na *Quinzaine littéraire* e também assinado por renomados intelectuais franceses, como Deleuze, Mandiargues, Foucault e Leiris.

Os surrealistas parisienses mantiveram relações estreitas com o grupo de Praga, que vivia na semi-clandestinidade sob o regime stalinista imposto à Tchecoslováquia após a invasão soviética de 1968. Eles podiam se reunir informalmente em casas particulares, mas sua revista *Analogon* foi proibida e eles não podiam exibir suas obras ou filmes. Em 1976, por iniciativa de Vincent Bounoure, os surrealistas de Paris e Praga publicaram juntos, na França, com a *Éditions Payot*, uma coleção de ensaios, *La Civilisation surréaliste*.

Continuar apesar do declínio

O grupo surrealista sempre foi muito político, desde 1924. Depois de 1969, isso continuou sendo verdade, mas isso não significa que se tratava de aderir às organizações políticas existentes. Alguns membros participaram de organizações trotskistas (*Ligue communiste révolutionnaire*,

seção francesa da Quarta Internacional), outros da Fédération anarchiste ou da CNT anarco-sindicalista. Mas a maioria dos surrealistas parisienses não pertencia a nenhuma organização; o espírito comum era antiautoritário e revolucionário, com uma tendência libertária dominante. Foi esse espírito que inspirou suas atividades e as declarações comuns publicadas durante esses anos.

Em 1987, foi emitida uma declaração conjunta em apoio às comunidades indígenas moicanas que lutavam por suas terras contra o Estado canadense. Várias outras declarações em apoio aos movimentos indígenas seriam emitidas nos anos seguintes. É claro que isso está ligado à tradição antiautoritária e anticolonialista do movimento e à sua rejeição da civilização ocidental moderna. Mas essa empatia e o grande interesse pelas “artes selvagens” também são uma expressão de uma mentalidade anticapitalista romântica/revolucionária: os surrealistas acreditavam – como o primeiro romântico, Jean-Jacques Rousseau, que elogiou a liberdade do Caribe – que era possível encontrar nessas culturas “selvagens” – os surrealistas não gostavam da palavra “primitivas” – valores humanos e modos de vida que eram, em muitos aspectos, superiores à civilização imperialista ocidental.

O International Surrealist Bulletin n.º 1 foi publicado em Estocolmo, com a resposta dos grupos de Paris, Praga, Estocolmo, Chicago, Madri e Buenos Aires a uma consulta sobre a tarefa atual do surrealismo. O grupo de Paris insistiu em seu texto no fato de que “o Surrealismo não é um conjunto de receitas estéticas ou lúdicas, mas um princípio permanente de recusa e negatividade, alimentado pelas fontes mágicas do desejo, da revolta, da poesia [...]. Nem Deus nem mestre: mais do que nunca, esse velho lema revolucionário parece relevante para nós. Ele está inscrito em letras de fogo nas portas que levam, além da civilização industrial, à ação surrealista, cujo objetivo é o reencantamento (e a reerotização) do mundo.

As comemorações deles e as nossas

Para protestar contra as pomposas comemorações do quinto centenário da chamada “descoberta das Américas” (1992), os surrealistas publicaram em 1992 o International Surrealist Bulletin No. 2, com uma declaração conjunta assinada pelos grupos surrealistas da Austrália, Buenos Aires, Dinamarca, Grã-Bretanha, Madri, Paris, Holanda, Praga, São Paulo, Estocolmo e Estados Unidos. Inspirado em um ensaio escrito pela poeta surrealista argentina Silvia Grenier, esse documento celebra a afinidade eletiva do surrealismo com os povos indígenas, contra a civilização ocidental que oprimiu os povos indígenas e tentou destruir suas culturas: “Na luta contra esse totalitarismo sufocante, o surrealismo é – sempre foi – o companheiro e cúmplice dos nativos. “O Bulletin foi publicado em três idiomas – inglês, francês e espanhol – pelos surrealistas de Chicago, que forneceram uma colagem de capa de Franklin e Penelope Rosemont representando Colombo como o Père Ubu de Alfred Jarry.

O Museu de Arte Moderna de Paris (Centre Georges-Pompidou) abriu uma grande exposição de arte surrealista na primavera de 2002, sob o título “Revolução Surrealista”. Na verdade, a exposição não tinha nenhum significado revolucionário e tentava apresentar o surrealismo como um experimento puramente artístico, usando “novas técnicas”. Na entrada do museu, os visitantes podiam pegar um folheto gratuito de quatro páginas, que explicava que “o movimento surrealista queria participar ativamente da organização da sociedade” (?), que ele havia exercido grande influência na sociedade e, em particular, na “publicidade e nos vídeos musicais”... Irritado com essa confusão conformista, Guy Girard sugeriu ao grupo surrealista que preparasse um folheto alternativo, nas mesmas quatro páginas, com letras semelhantes, mas com conteúdo completamente diferente: O surrealismo é descrito como um movimento revolucionário cuja aspiração à liberdade e à imaginação subversiva visava “derrubar a dominação capitalista”; o folheto foi ilustrado com imagens de mulheres artistas como Toyen e Leonora Carrington, quase ausentes da exposição, bem como uma foto histórica de 1927: “Nosso colaborador Benjamin Péret insultando um padre”... Os membros do grupo então colocaram cuidadosamente uma pilha do folheto surrealista em cima do folheto ‘oficial’, para que os visitantes pudessem pegá-lo.

O mais engraçado é que os curadores da exposição, intrigados com o folheto surrealista, removeram sua própria peça fútil e a substituíram por uma nova, que tentava levar em conta o fato de que o surrealismo era um movimento antiautoritário subversivo que denunciava “a família, a igreja, a pátria, o exército e o colonialismo”...

Os vários tratados e declarações do grupo acabaram sendo publicados no livro já mencionado, *Insoumission Poétique. Tracts, Affiches et Déclarations du groupe de Paris du mouvement surréaliste 1970-2010*. (Paris, Le Temps des Cerises, 2010). Guy Girard editou o livro, coletou o material e as ilustrações e escreveu uma breve introdução para cada documento.

Tempo de sonho

Entre 2019 e 2024, foram publicadas cinco edições de uma nova revista parisiense: *Alcheringa, le Surréalism aujourd’hui*. *Alcheringa* é uma palavra de uma língua aborígine da Austrália, que significa “o tempo dos sonhos”, mencionada por André Breton em seu ensaio “*Main Première*”. Finalmente, no verão de 2024, a Exposição Surrealista Internacional “*Merveilleuse Utopie*”, organizada por Joël Gayraud, Guy Girard e Sylwia Chrostowska, foi realizada na *Maison André Breton* em Saint-Cirq-la-Popie.

Independentemente de suas limitações e dificuldades, o movimento surrealista em Paris manteve viva, nos últimos 50 anos, a chama vermelha e preta da rebelião, o sonho antiautoritário de liberdade radical, a insubordinação poética aos poderes constituídos e o desejo obstinado de reencontrar o mundo.



Por uma cultura de paz: a revolução cultural necessária

Pedro Tierra

Os movimentos culturais devem deixar claro que a sociedade brasileira não abandonará as ruas e rejeitará com firmeza a guerra civil que o energúmeno deseja provocar

O fascismo histórico – na Itália dos anos 20 e na Alemanha dos anos 30 do século passado – traz consigo, como caráter constitutivo e como método, o permanente exercício da violência para alcançar seu projeto de poder. Na disputa pela hegemonia cultural, elabora simbolicamente, no caso italiano, com o futurismo de Marinetti a estética da violência, o elogio da guerra. A estética da morte.

A escória da sociedade brasileira que encontrou seu porta-voz no delinquente que hoje ocupa a Presidência da República dá forma a esse discurso na campanha de 2018. “*Vamos fuzilar a petezada do Acre!*” dizia no palanque, empunhando um fuzil simbólico. Hoje, converte em prática aquilo que anunciava sem pudor diante de uma sociedade previamente preparada pelos oligopólios de comunicação para naturalizar a violência, a ignorância e o preconceito como formas de relação social inevitáveis.

A reação do governo federal aos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, no Vale do Javari, Amazonas, Marcelo Arruda em Foz do Iguaçu, Paraná, como antes a morte de Marielle Franco, no Rio e Mestre Moa do Katendê, na Bahia, expressa, mais que a indiferença diante do ato violento, a cumplicidade diante do crime.

É urgente a necessidade de uma resposta massiva e organizada da sociedade – e das Instituições – em repúdio à naturalização da “cultura” do cancelamento, da eliminação, do assassinato dos opositores como parte inevitável do conflito político-eleitoral no Brasil.

Cabe neste momento aos movimentos culturais, aos criadores de música, literatura, teatro, dança, dos materiais audiovisuais, peças de entretenimento, posts, memes, produzir conteúdos capazes de mobilizar a sociedade “Por uma Cultura de Paz e Democracia”. E deixar claro que a sociedade brasileira não abandonará as ruas e rejeitará com firmeza a guerra civil que o energúmeno deseja provocar, ao armar suas milícias por meio dos CACs e outros expedientes legalizados pelo próprio governo ou mesmo ilegais ao gerar e disseminar pelas redes sociais um clima envenenado pela intolerância e pelo ódio.

Não é suficiente esperar pelo “normal funcionamento das instituições” para deter o avanço do neofascismo. Não se conhece registro histórico a respeito. É flagrante o processo de aviltamento das instituições brasileiras desde o golpe de Estado de 2016. A mobilização da sociedade civil será indispensável para fazer frente à ofensiva do atual ocupante do Palácio do Planalto contra as eleições de outubro e para assegurar sua realização. A sociedade vai tomando consciência de que o delinquente não está preocupado com a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Ele é contra a realização das eleições.

Considerando o recorte que escolhi para enquadrar essa reflexão será útil, sem dúvida, voltar o olhar para últimos anos do conflito social no Brasil, particularmente no âmbito da disputa cultural, simbólica.

Estamos devendo uma abordagem mais atenta das ilusões das esquerdas, particularmente do Partido dos Trabalhadores – pela relevância e o significado das posições que assume ou deixa de assumir frente ao país –, a respeito de como encaramos durante aqueles anos (2003-2016) a necessidade de travar no cotidiano a batalha contra os valores culturais conservadores.

Valores tecidos em torno da defesa do direito absoluto à propriedade e à exploração do trabalho, modelados durante 300 anos de escravidão e seus derivados – o individualismo, o consumismo, o machismo patriarcal, o racismo, o autoritarismo, a intolerância, o preconceito, o atalho, a trapaça – cultivados e disseminados na sociedade.

Reproduzo aqui parte de um diálogo ocorrido durante o governo Dilma, que considero elucidativo do caráter limitado do processo reformista que protagonizamos naqueles anos. Minha interlocutora era embaixadora de um país amigo, ela própria apoiadora da experiência que conduzíamos, com as dificuldades conhecidas, desde 2003.

“O que pretendem as esquerdas brasileiras com seu governo? Converter o Brasil num grande shopping center?” Levantei como contra-argumento: o Brasil era tão atrasado que o governo popular ainda batalhava para pôr de pé políticas públicas duradouras capazes de garantir três refeições por dia aos seus cidadãos mais pobres, compromisso assumido por Lula durante a campanha de 2002. Ao mesmo tempo, tomar as iniciativas adequadas para criar um mercado interno de massas, capaz de dinamizar o processo produtivo e retirar o país da estagnação econômica. A pergunta, todavia, pela pertinência, permaneceu ecoando nos ouvidos a cobrar algo que nos faltava.

O desfecho dos acontecimentos de 2013 e do golpe de 2016 demonstrou que não basta garantir as três refeições diárias asseguradas por Lula e, ainda que precariamente, o atendimento à saúde e à educação públicas, proporcionar emprego e remuneração digna, com a política de elevação do salário mínimo. Uma vez alcançados esses objetivos, outras demandas de natureza semelhante bateriam às portas daquele ensaio de Estado de bem-estar social nascente.

Onde guardamos – e por que guardamos? – o discurso político capaz de explicar aos próprios beneficiários situados na base da pirâmide, que a inclusão social não era obra dos desígnios divinos, mas de uma vontade política organizada, que depois de 22 anos de lutas alcançou o poder de Estado? E que essa inclusão seria apenas uma etapa do processo de transformação mais profunda de uma ordem radicalmente injusta que herdamos de cinco séculos de história?

Uma das respostas possíveis é: não sedimentamos ao longo do percurso, na consciência popular um corpo de valores alternativos àqueles que julgávamos combater. Não construímos, nem na formulação teórica, nem na prática cotidiana das lutas uma ampla e sólida cultura democrática, capaz de sustentar um programa de desenvolvimento inclusivo, ambientalmente sustentável e socialista para o país.

O bombardeio implacável movido pelos oligopólios de comunicação, em particular a Rede Globo, contra o projeto popular de desenvolvimento com inclusão social cumpriu um papel central na disputa de valores culturais na sociedade brasileira, sem ser incomodado. Não fomos capazes de nos contrapor aos valores conservadores, seja em volume de produção de conteúdos, seja na velocidade adequada à cobertura reacionária e totalizante da indústria do entretenimento. Do noticiário, à telenovela, dos enlatados, das séries aos cultos religiosos.

Faltou ousadia aos governos populares. Hoje, ao examinar o período dos governos Lula e Dilma, todos fazemos a mesma pergunta: por que não regulamentamos, quando detínhamos força política para tanto, os artigos 220 a 224 do capítulo V da Constituição Federal que tratam dos meios de comunicação? A resposta mais ouvida é: não detínhamos maioria num Congresso conservador, composto por parlamentares aliados ou reféns das empresas de comunicação para fazê-lo.

De todo modo, resiste a constatação: não fizemos o que estava ao nosso alcance, no Executivo, para democratizar os meios de comunicação. Utilizando apenas a legislação existente, consagrada na Constituição, evitando, portanto, os bloqueios de um parlamento na qual éramos minoritários.

Não é demasiado reconhecer a insuficiente compreensão das organizações populares sobre a necessidade de construir suas redes contra hegemônicas de comunicação. Mas é grave não reconhecer nossa omissão frente às tentativas das organizações populares de manter as redes comunitárias de comunicação. E mais ainda, nosso silêncio quando elas foram alvo da repressão do aparato estatal, nominalmente a Polícia Federal, contra as rádios comunitárias. Precisamente quando buscavam espaço para veicular seu discurso em defesa das políticas públicas implementadas por nossos próprios governos...

Aparentemente cedemos à arrogância e ao deslumbramento dos que tomam o triunfo passageiro em uma batalha – pela vitória em uma guerra inteira. Como se a luta de classes numa das sociedades mais desiguais do mundo resolvesse com essa vitória institucional todas as contradições e imprimisse ali seu ponto final.

Essa ilusão nos levou a subestimar um fator indispensável na disputa pela hegemonia cultural nas sociedades contemporâneas da periferia do sistema capitalista: a necessidade de suprir o déficit informacional histórico em uma nação culturalmente colonizada. O que naquele momento significava assumir como prioridade a descentralização do investimento público nas redes de comunicação como forma de democratizá-los e converter em realidade o preceito constitucional que define os três âmbitos da produção e circulação de informações: o espaço público, o mercado privado e o espaço estatal.

Não extraímos todos os desdobramentos possíveis do riquíssimo processo de participação popular – por meio dos grupos culturais populares excluídos do *mainstream*, esboçado pelas

Conferências de Cultura que abriram espaço para a manifestação da vigorosa diversidade cultural de nossa gente. Homenagens merecidas aqui a Sérgio Mamberti e Márcio Meira que, como secretários do MinC, puseram sua sensibilidade e talento a serviço do estímulo e da articulação das culturas populares.

Vinte anos passados, mais um golpe de Estado e a prisão da maior liderança popular do país, chegamos mais uma vez às portas da disputa eleitoral com evidentes chances de vencer.

Permanece, contudo, como desafio para um provável governo de reconstrução nacional liderado por Lula e para os movimentos culturais a modelagem dos mecanismos capazes de traduzir em organizações duradouras – ou seja, economicamente sustentáveis –, as resoluções resultantes da vontade política expressa pelas conferências realizadas na experiência anterior e sua indispensável atualização. É entendê-las – para que sejam efetivas – como inseparáveis das políticas de inclusão social, políticas educacionais, de desenvolvimento sustentável, de direitos humanos etc. Utilizar-se, para isso com inteligência e criatividade de duas conquistas maiúsculas da resistência da cultura brasileira ao neofascismo: a derrubada dos vetos às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo.

Para concluir seguem duas ideias para o debate engajado nessa campanha que vai sacudir o país nos próximos dois meses:

Difícilmente o atual mandatário vai se desvencilhar da imagem de promotor da escalada de ódio. Seja por falta de tempo hábil, seja pela convicção mesma que o neofascismo traz consigo de que a luta política deve ter sempre o ódio como combustível primordial. A frente antifascista que vem sendo costurada por Lula pode focar a realização de atos de rua da campanha Lula-Alckmin centrados na Defesa da Democracia e de uma Cultura de Paz.

A reconstrução das políticas públicas de cultura proposta por Lula passará não apenas pela recriação do MinC, mas pela redefinição do financiamento das políticas públicas de cultura, mirando-se no exemplo do que o FNDE significou para a educação, como hipótese. E na descentralização dos mecanismos públicos de financiamento ao acesso a bens e serviços culturais por meio de sua integração com todas as políticas de governo: economia, segurança, comunicação, sustentabilidade socioambiental, saúde, educação, moradia, etc. Nenhuma delas poderá prescindir de uma área específica de cultura capaz de projetar no simbólico as conquistas obtidas em cada uma delas, como um fator permanente de formação cidadã.

Passa por aí o caminho de reconstrução da democracia, de uma cultura de paz e da revolução cultural necessária.

